UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH

CAMPUS IV

Glenda Bebyele Neves Maciel

DISPUTAS ELEITORAIS E FACÇÕES POLÍTICAS EM XIQUE XIQUE NO SÉCULO XIX: O conflito entre os Marrões e Pedras.

JACOBINA - BA

2017

GLENDA BEBYELE NEVES MACIEL

DISPUTAS ELEITORAIS E FACÇÕES POLÍTICAS EM XIQUE XIQUE NO SÉCULO XIX: O CONFLITO ENTRE OS MARRÕES E PEDRAS

Trabalho apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em História pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Orientador: Professor Dr. Moises de Oliveira Sampaio.

Jacobina BA,

Junho, 2017

GLENDA BEBYELE NEVES MACIEL

DISPUTAS ELEITORAIS E FACÇÕES POLÍTICAS EM XIQUE XIQUE NO SÉCULO XIX: O CONFLITO ENTRE OS MARRÕES E PEDRAS

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado a Universidade do Estado da Bahia como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em História.

Aprovado em: 14 de junho de 2017.

BANCA EXAMINADORA

_____

Professor, Dr. Claudio Roberto Meira de Oliveira – Universidade do Estado da Bahia

_____

Professor, Ms. Joabson Lima Figueiredo- Universidade do Estado da Bahia

_____

Professor, Dr. Moises de Oliveira Sampaio- Universidade do Estado da Bahia

DEDICATORIA

Dedico este trabalho a todos que contribuíram direta ou indiretamente em minha formação acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Toda trajetória acadêmica é cheia de altos e baixos, conquistas e derrotas, seja no próprio meio ou fora dele. Agradeço a todos pelos momentos vividos e compartilhados por terem me proporcionado outros olhares, outra visão de mundo e aprendizagem.

Tudo se iniciou com uma inquietação e tantas perguntas entrelaçadas: a apreensão de não conseguir êxito nas construções de estudo e de formação intelectual, ainda mais quando tudo a sua volta é novo e diferente de tudo aquilo que fazia parte do cotidiano; a mudança de cidade e casa. A sustentação e apoio foi encontrado, tendo minha família como maior agradecimento mãe Edilza, pai Renilson, irmão Pablo e irmã Ana Paula, pois se não fosse por eles nada teria sido feito. Por eles que continuei e pelos meus sonhos de ser uma professora Licenciada em História e atuar nas instituições de ensino, pois não há nada mais enriquecedor do que ter a satisfação do seu trabalho sendo refletido nos alunos; esse é o maior reconhecimento.

Agradeço as minhas primas e minha irmã, professoras, pela influência e pela demonstração de força e garra. Aos meus professores que contribuíram decisivamente pela minha carreira e apostaram na minha capacidade e em destaque ao meu professor orientador, Moíses de Oliveira Sampaio, admirável pelo seu profissionalismo e pela devoção a mim nesse trabalho. Muito obrigada.

Não deixando de elevar ao maior potentado de vigor, pois sem ele não teria levantado em tantos momentos de angústia e desespero, muitas vezes motivado pela minha saúde. E por ter me permitido chegar até aqui, acima de tudo e de todos, foi a fé que dedico ao meu Deus.

RESUMO

Em meados do século XIX, na então constituída Vila de Xique Xique no sertão baiano, se concentraram forças de potenciais econômicos, políticos e sociais. Chefes locais disputavam poder por dominação frente a uma sociedade dependente e desprovida de conhecimento, em um cenário político de lutas armadas entre as facções partidárias Pedras e Marrões, compostas estas por seus líderes em relações familiares e com seus agregados, compreendendo uma trajetória de dominação e construção de práticas fundamentadas em metodologias de interesses próprios dentro de um corpo eleitoral altamente competitivo e violento. Dessa forma, o conflito de 1878, entre os grupos e suas ações de hegemonia, faz sentido dentro de um processo de mandonismo representativo, de mais um dos modelos propostos para reafirmação de uma governabilidade vigente ainda dos resquícios de um Brasil colônia. Por conseguinte, permite-se propor um coronelismo apoiado nas fontes documentais depositadas em arquivo regional e por meio delas possibilita-se identificar um modelo de análise de história local e regional no Brasil, contribuindo para o espaço acadêmico e a ampliação desses estudos, uma vez que possivelmente se desconhece nessa localidade um passado instigante e hostil. Assim pode-se pensar, a partir de um olhar panorâmico, uma compreensão além do ocorrido em 1878, que foram mecanismos utilizados para serem efetivados nos momentos de efervescência de dominação, em um sistema coronelista entendido pelas relações políticas, sociais e econômicas, favorecendo as elites xiquexiquenses em um contexto de invisibilidade do poder público nos espaços interioranos brasileiros.

Palavras-chave: Vila de Xique Xique, poder local, partidos políticos, história regional e coronelismo.

ABSTRACT

In the middle of the XIX century, in the then constituted Village of Xique Xique in the Sertão Baiano, were concentrated forces of economic, political and social potentials. Local leaders vied for dominance over a dependent, knowledge-less society in a political setting of armed struggles between the political groups Pedras e Marrões, composed of their leaders in family relations and their friends, comprising a trajectory of domination and Construction of practices based on methodologies of self-interest within a highly competitive and violent electoral process. Thus, the conflict of 1878 between the groups and their actions of hegemony makes sense within a process of representative leadership, another of the models proposed to reaffirm a governability still in force in the remanescents of a Brazil of the cologne time. Therefore, it is possible to propose a coronelism based on the documentary sources deposited in a regional archive and through them it is possible to identify a model of analysis of local and regional history in Brazil, contributing to the academic space and the extension of these studies, once That perhaps an intriguing and hostile past is unknown in this locality. Thus, it can think from a panoramic view, an understanding beyond what happened in 1878, which were mechanisms used to be effective in moments of effervescence of domination, in a coronelist system understood by political, social and economic relations, favoring the Elite xiquexiquenses in a context of invisibility of the public power in the Brazil interior.

Keywords: Vila de Xique Xique, local power, political parties, regional history and coronelism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 9

1. O CONFLITO E SEUS ESPAÇOS DE ATUAÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS.....144

1.1. Famílias: Castelo Branco / Rocha Medrado / Machado x França Antunes.....16

1.2. Conflito de 1878: Pedras x Marrões.....20

1.3. Importância da História Local e Regional no conflito.....22

2. CORONELISMO: UMA FORMA LEGITIMADA DE PODER 277

2.1. Poder privado interferindo no público.....28

2.2. Coronelismo antes da República.....35

3. POLÍTICA E A FORMAÇÃO DE PARTIDOS EM CONTEXTOS DE DISPUTAS ELEITORAIS 40

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....50

REFERÊNCIAS 555

INTRODUÇÃO

No período da formação das cidades interioranas brasileiras, o mundo rural, violento e rústico de uma vila, situada a cerca de 580 quilômetros de Salvador, foi palco onde viveram e lutaram famílias que, ao perceberem as mudanças políticas que estavam acontecendo na época, travaram um grande e violento conflito armado, o que deu início a um cenário temeroso para todos que ali habitavam. Nesse lugar, o caos se propagou e cresceu à medida que as disputas por poder local foram efetivadas e respaldadas nas duas facções que se hostilizavam: Marrões e Pedras.

Por meio de relatórios das autoridades para administração da província da Bahia, se tem conhecimento do fato que se desenrolou no dia 12 para o dia 13 do mês de abril de 1878 na vila de Xique Xique, que hoje é município, localizada no sertão baiano. Uma aglomeração com cerca de 50 a 100 homens partiu do Santo Inácio para invadir e se apossar da Igreja Matriz da vila, a favor do grupo Pedras, que tinha como líder um chefe de grande poder aquisitivo, Bacharel José Alfredo Machado[1], tendo como objetivo a não ocorrência das eleições para senador que iria acontecer no dia 21 do referido mês. Dessa forma impedia-se que os Marrões, cujo chefe tinha os mesmos requisitos econômicos que o do outro grupo, concorresse na eleição ou que usasse do mesmo meio estratégico de dominação. Como era na Igreja que ocorria a eleição, então o ato de ocupação significou a proibição da entrada do outro grupo (Marrões) e também uma maneira de enfrentamento ou provocação. No entanto já era sabido que os Marrões também já tinham feito, a seu modo, a apropriação da Igreja desde o ano de 1872, por isso os da parcialidade Pedras resolveram naquele dia fazer o mesmo.

A resolução então foi adiar a eleição e, por esse motivo ou por julgar impossível apossar-se da Vila, a facção Pedras retirou-se no dia vinte e um, mesmo assim a violência permaneceu entre a população. Destruição das propriedades que pertenciam aos Pedras foram acontecendo e logo seguiram em direção onde se refugiavam (fazenda Carnaíbas ente outras), significando um conflito que se estendeu, de acordo com as fontes históricas, até o

[1] O Bacharel José Alfredo Machado era proprietário da Fazenda Carnaíbas, lugar onde muitos se refugiavam, além da criação de gado, assim na analise dos relatórios percebe-se a sua posição social autoritária e política na Vila. Visto no relatório com que o Exm. Sr. Conselheiro Barão Homem de Mello passou no dia 25 de novembro de 1878 a administração da província ao 2º Vice Presidente. Bahia: Yipografia do Diário da Bahia, 1878. Disponível em: HTTP://memoria.bn.br/CocReader/DocReader.aspx?bib=130605&Pasta=ano%20183&Pesq=Morro%20do%20chapeo. Acesso 12/02/2016 as 23: 00.

mês de outubro, contribuindo para a construção de um cenário hostil e pavoroso, fazendo a sociedade refém do enfrentamento dos Pedras e Marrões.

Esses relatórios narram o embate entre as facções, e foram expostos em correspondências de autoridades jurídicas para a administração da província da Bahia; um relatório da delegacia de polícia do termo de Chique Chique e outro do Juiz Municipal descrevendo o conflito e a situação em que a vila se encontrava; relatórios do Juiz de Direito da Comarca de Chique Chique[2] e do chefe de polícia interno que relataram depoimentos diversos de pessoas envolvidas e outras não, no intuito da aproximação do que de fato aconteceu e, principalmente, a posição tomada das autoridades locais para resolver os enfrentamentos. Isto posto, os métodos de estudo consistem em relacionar o ocorrido em 1878 aos conceitos definidos para sua configuração e assim como as fontes documentais.

Assim o objetivo desse trabalho consiste em analisar, através do conflito, as disputas e suas estratégias por dominação política local entre os grupos Pedras e Marrões, a dinâmica do coronelismo no sertão da Bahia, como também as relações familiares, sociais e de poder para formação dos partidos na Vila de Xique Xique no século XIX.

As relações sociais eram de acordo as disputas por poder na Vila, estabelecida em decorrência dos interesses de cada um e de cada partido, pois sua formação compreendia vínculos familiares e seus agregados, todos com o intuito de tirar proveitos próprios. Dessa forma a relativização dos fatos se faz necessária em razão daqueles que produziram a documentação analisada, pois os mesmos tomaram suas posições em relação aos partidos citados.

O contexto situa-se em caminhos a partir da medida de redução de escala de observação, onde, quanto mais se aproxima do objeto de estudo, maior a visibilidade e compreensão da configuração do conflito, desse modo o ajuste das lentes se direciona a micro história, regional e local com base nas relações sociais e econômicas com personagens em uma região definida por fronteiras sociais, econômicas e simbólicas, fundamentando a percepção do coronelismo no sertão baiano. Assim o capitulo um equivale a essas relações e o conceito difundido da categoria de sertão dentro da história local e regional de onde viveram e atuaram os grupos.

Diante disso, Elisangela O. Ferreira, na sua obra “Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX”, estuda a sociedade xiquexiquense quanto às questões familiares e a vida material das

[2] Nos documentos se encontra Xique Xique com Ch, significando a escrita do termo na época.

mesmas, ressaltando suas estratégias para adquirirem riqueza e o papel destas no acesso às instancias do poder local, logo trabalha com os aspectos econômicos e políticos, traçando perfis dos que ali habitavam, abordando como se dava a relação desses indivíduos frente a busca por dominação de poder dentro do contexto político e de guerra que se travava na época, fazendo todo trajeto histórico e datando para então compreender os motivos e raízes que deram formação a sociedade, chegando ao conflito entre os Marrões e os Pedras e a importância que depositavam nas ocupações de poderes ano após ano, dizendo "a repetição sucessiva de alguns nomes de família na história política local", além de outro aspecto de total significância para entender a conjuntura eleitoral, quanto "a qualificação dos cidadãos participantes do processo eleitoral em Xique Xique"[3]. Por conseguinte o terceiro capítulo trata-se exatamente da formação dos partidos políticos e o conceito difundidos para eles, discernindo sua construção e o sentido dado sobre política em um contexto eleitoral na Vila no século XIX.

Ao espaço geográfico, tendo a história local e regional como foco, a dissertação de Taiane Dantas Martins, "Da Enxada ao Clavante: Experiências, liberdade e relações familiares de escravizados no sertão baiano, Xique Xique (1850-1888)", proporciona socializar com o campo estudado, na qual a mesma analisa como se dava o cotidiano com enfoque para os escravos, seus trabalhos, as formas de obtenção de liberdade, suas relações de compadrio entre cativos, libertos e livres, possibilitando formar uma definição do espaço e entender a configuração econômica e social do período além dos aspectos étnicos da sociedade, onde ao fazer referência as disputas políticas cita o conflito de 1878, "apontando como participantes do conflito um escravo que se chamava Saturnino e era propriedade de um dos chefes locais, Manoel Martiniano da França Antunes, além de dois homens libertos". (MARTINS, 2010, p. 19-20)

O sistema político na qual se permeia o processo de dominação por disputa de poderes, estabelece um conceito de definição vidente na historiografia brasileira, onde o coronelismo vai se perpetuando nas formas de atuações de líderes locais, em uma dinâmica de trocas de favores entre as esferas políticas. Dessa maneira o segundo capítulo faz referência às analises essenciais para compreensão do conceito de coronel e assim determinar as ações de ascensão e dominação dos Pedras e Marrões.

[3] FERREIRA, Elisangela Oliveira. *Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2008.

A obra de Isnara Pereira Ivo "O Anjo da Morte contra o Santo Lenho: Poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia", retrata bem as nuanças que permeiam esse sistema, designado por "mandonismo", referindo-se a interferência do poder privado sobre o poder público, assumindo formas diferentes em determinados momentos históricos e em distintos espaços, ressaltando que o "coronelismo nada mais foi do que uma fase do antigo mandonismo, sendo adaptadas as necessidades de aliança e de compromisso entre o poder público e privado", ou seja, uma questão que foi se perpetuando na medida em que lhe possibilitasse novas formas e contornos.

Segundo o autor, Eul Soo Pang na sua obra "Coronelismo e Oligarquias", a raiz desse sistema se encontrava no período colonial, mas somente tempos depois houve sua culminação, entre 1850 e 1950, como também ressalta a utilização de se fazer o uso da violência para determinar poder e dominação territorial, salientando as suas definições de coronéis, destacando o coronel guerreiro, que pregava a hostilidade e o respeito na sociedade.

Contudo, compreender o lugar, o sistema político e suas configurações se torna primordialmente necessário, para então chegar a entender a eleição e todo o seu entorno e para tanto Hernandes[4] aborda em seu trabalho, como esses processos eleitorais constroem a cidadania e até mesmo a Nação, pois estão muitas vezes ligados uma coisa com a outra, para isso ele cita autores que tentam explicar a importância de analisar o espaço físico e o social dentro do qual se desenrola as eleições, uma vez que estes dois espaços afetam uma ou outra forma potencial de desenvolvimento dos votos, significando interferência no processo eleitoral.

Através dos conflitos e disputas políticas é possível pensar na própria formação das sociedades da região, nas estratificações pautadas em dominação política e social verificadas nos dias atuais, nos quais se percebem rupturas e permanências advindas dos períodos anteriores, tendo como características mais marcantes: o estabelecimento de relações de poder e o exercer estratégias de dominação, observadas principalmente nos que apoiam e seguem cada facção política, os então chamados "capangas", entremeando a política em um sistema coronelista, porem diferenciando em cada tempo as ações violentas e também na não obviedade e clareza, definindo muitas vezes aspectos mandonistas baseados nas manipulações nos espaços eleitorais. Assim, a influência desses aspectos na construção do

[4] HERNÁNDEZ, Fabio Santos. *Elecciones y partidos políticos. Una aproximación al balance historiográfico desde el contexto latinoamericano.* Artículo es producto del proyecto de investigación en desarrollo titulado: "Historia de los Partidos Políticos en el municipio de Guavatá – Santander de 1988 a 2003".

corpo político e social nos dias de hoje também se torna importante entender, por ser uma concepção significativa dentro de um estudo que favorece uma compreensão das práticas atribuídas pelos chefes locais no campo político e principalmente no âmbito eleitoral como fraude, disputas conflituosas ou voto de cabresto.

Portanto pensar no campo político, nos seus meios eleitorais, assim como nas suas modalidades se torna altamente complexo, de modo que o próprio sistema de governabilidade condiciona a delineia a sociedade, onde os interesses se permeiam na busca por domínio local.

1. O CONFLITO E SEUS ESPAÇOS DE ATUAÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS

No sertão do São Francisco na Bahia, no que hoje temos por cidade de Xique Xique, que fica a margem direita do rio, se desenvolveram famílias e com elas fundações em prol de estabelecer administrativamente crescimentos em termos geográficos, econômicos e jurídicos. No século XIX sua localização tinha por extensão mais de quarenta léguas seguindo ao norte no rio verde, podendo ser o povoado Rio Verde que hoje fica logo após o município, "que o separava de Sento-Sé e mais além também se limitava com Jacobina, até o sul, tocando no município de Brotas de Macaúbas e no rio Paramirim – que o dividia da comarca de Santo Antônio do Urubu" [5].

Suas direções compreendiam também a leste e oeste com a mesma quantidade de quarenta léguas fazendo limite com Jacobina e Morro do Chapéu a leste; já chegando ao rio São Francisco pelo oeste fazendo divisa com Pilão Arcado e Barra do Rio Grande. Nesse período citado, já se tinha formado uma quantia populacional considerável, sendo chamada Vila de Xique Xique.

A criação da vila se deu a partir de uma pequena Igreja dedicada ao Senhor Bom Jesus do Bonfim nas proximidades da Ipueira, que era o canal por onde penetravam barqueiros, garimpeiros e pescadores, de modo que os primeiros moradores daquela região foram garimpeiros da Serra do Assuruá que chegaram e se instalaram, fixando suas casas na ilha do Miradouro que mais tarde veio a ser o arraial de Senhora Santana do Miradouro, firmando posteriormente a Vila de Xique Xique nos anos iniciais do período oitocentista e ainda sendo Comarca de Jacobina.

Um fator importante é que essas populações se formaram por meio de criações de fazendas que ali surgiram nos primeiros momentos, no intuito de criação de gado como meio de vida e trabalho, mas que pela necessidade de sobrevivência também havia cultivo de alimentos como feijão, mandioca, etc., fazendo parte do cotidiano dos moradores. Percebe-se que no processo de povoamento do arraial, famílias iriam adentrando no meio da caatinga e possivelmente abrindo suas roças com plantações e criações, significando maior espaço geográfico pertencente a Vila de Xique Xique. E o crescimento populacional também aumentou, uma vez que nas primeiras décadas do século XIX a descoberta de ouro e

[5] FERREIRA, Elisangela Oliveira. *Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2008.

diamantes na região, possivelmente na Serra do Assuruá e no Diamante, atraiu muitos indivíduos.

Em meados do século XIX havia cerca de 150 casas, contando as de moradia e as de comércio. Ainda assim algumas famílias que possuíam estabelecimentos na Vila permaneciam residindo nas suas fazendas ou sítios, somente em datas especificas partiam para a sede. Nesse sentido, é interessante ressaltar, a mudança de Arraial para Vila que se deu em 1832, fato que ocorreu na divisão administrativa do território em seis distritos, sendo o primeiro o da Vila que é a matriz e os restantes pelo interior do Município. "O distrito das Pedras era território de influência política das famílias Castelo Branco e Rocha Medrado e se localizava ao norte, doze léguas de distância de Xique-Xique, ficando mais próximo da vila de Pilão Arcado, da qual distava apenas seis léguas". (FERREIRA, 2008, p. 85).

Quando iria à direção sul, encontravam-se os distritos da Lagoa a seis léguas e a de Mata Fome a dezessete léguas. No sudeste o de São José com o mesmo distanciamento, porém é adentrando na caatinga, e a vinte léguas o de Brumado, esses dois últimos distritos se localizavam na região da serra do Assuruá. Esses distritos estabeleciam juízes de paz e subdelegados, assim como organizavam a pauta de eleitores e dos surgimentos de candidatos para compor a Câmara Municipal.

A vila foi criada em 06 de julho de 1832, desanexando de Jacobina com o nome de Senhor do Bonfim e Bom Jesus de Chique-Chique e em 1853 foi criada a Comarca de Chique-Chique extinta em 1879 restaurada em 1915 e somente em junho de 1928 ganhou o título de cidade.

Na Vila de Xique Xique, que depois tornou-se município, "não havia calçamentos, mas havia pedaços de carvão férreo espalhados no chão, o que tornava igualmente impossíveis a poeira e a lama. Na praça triangular se poderia encontrar, além da Igreja, a Câmara-Cadeia [...] uma casa nobre, com sacadas de grades de madeira espalhafatosamente pintadas e alguns meio-sobrados, além de casas térreas [...]" [6].

Esse cenário foi amplamente circulado por pessoas que buscavam posição e prestígio social, fazendo dele um campo de disputas e lutas armadas. Logo se torna vigente discutir e entender como se formou certas rivalidades nesse palco de contendas, e compreender, principalmente, o sentido dado para essas querelas.

[6] MARTINS, Taiana Santos. *Da enxada ao clavante: experiências, liberdade e relações familiares de escravizados no sertão baiano, Xique-Xique (1850-1888).* Dissertação (Mestre em História) - Programa de Pós Graduação em História Regional e Local, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus V. p. 19.

Atentando-se a exposição que vem sendo feita do campo, Xique Xique, mais especificamente a Vila enquanto sede, percebe-se que conflitos se desenrolaram tornando-a palco de disputas por poder e dominação territorial correspondente ao século XIX. Sendo assim, o trabalho de pesquisa corresponde ao conflito, ao episódio ocorrido em 1878 e todos os seus contornos, desde suas iniciais com filiações de parentesco para envolvidos até o desfecho que as fontes possibilitaram identificar, ao passo que é de extrema importância enfatizar questões sociais e políticas agregadas ao poder aquisitivo e papéis dos indivíduos na sociedade da época.

Isto posto, o objetivo deste capítulo consiste em compreender, por meio da descrição territorial, onde se localiza a Vila no sertão baiano no sentido de situa-la no espaço e no tempo, e dessa forma onde sucedeu-se o conflito político, analisando também as relações sociais dos principais envolvidos, direcionando para a formação dos grupos/facções e as estratégias de dominação de poder, respaldado em conceitos fundamentados nos estudos regionais e locais como forma de teorizar e estabelecer conexões que dão significados ao espaço que compreende o objeto de estudo.

Verifica-se que a rivalidade que se propagou entre famílias surgiu a partir de interesses políticos. Dois grupos foram fundados: os Pedras e Marrões, que nada mais eram do que famílias e seus agregados, mas para se obter maior compreensão se faz necessário buscar quais as raízes que fundamentaram esse embate e o sentido para se perpetuar por anos e anos. É preciso ter de antemão a noção de que ambos os grupos buscavam domínio de poder na Vila.

1.1. Famílias: Castelo Branco / Rocha Medrado / Machado x França Antunes

O líder dos Marrões era Manoel Martiniano de França Antunes e o líder dos Pedras era o Bacharel José Alfredo Machado. Em 1840 os França estabeleciam uma certa discórdia, representada por lutas violentas contra uma família: Guerreiro, e por isso, a família França acabou se aliando ao Capitão Mor Álvaro Antonio de Campos e seus seguidores, tornando-se adversários políticos de Ernesto Augusto da Rocha Medrado. A família Rocha Medrado e a família Guerreiro ligaram-se aos Castelo Branco por laços matrimonias, o que corresponderam futuramente aos Pedras.

Diante disso, vale ressaltar a representação que os Castelo Branco possuíam para sociedade em questão. O chefe dos Pedras casou-se com Ana Joaquina Bela Medrado

Castelo Branco filha do Coronel Ernesto Augusto da Rocha Medrado e Ermelinda Bela da Rocha Medrado Castelo Branco. Mas o que interessa está no poder aquisitivo advindo dos avós da esposa do Marechal, pois eles eram donos de vasto patrimônio fundiário na região, deixando a riqueza para duas filhas incluindo a neta (Ana Joaquina) que compreendia em território, a fazenda Jatobá ou Pedras. A família Castelo Branco morava na fazenda no município de Xique Xique e mais tarde houve uma divisão dessas terras.

Percebe-se uma forte união entre essas famílias que se estima vir de longa data. Elas possuíam posses territoriais e prestigio perante a população. O sogro do chefe dos Pedras era Coronel e vereador; o irmão da sogra, Félix José Leite Pereira Castelo Branco, era Tenente Coronel, chefe do Estado Maior e Guarda Nacional. Logo a possibilidade de poder estava visivelmente posicionada para esses indivíduos e pondera-se que os Marrões denunciavam o grupo adversário por estarem de posse da maioria das posições administrativas e jurídicas.

O Bacharel José Alfredo Machado foi Juiz de Direito da comarca Rio Pardo em Minas Gerais e foi removido, assumindo o cargo na de Xique Xique em 1861. A união matrimonial com Ana Joaquina foi efetivada em dezembro de 1866 e ambos foram morar na fazenda Carnaíbas, mais tarde Pedras, visto que a maior parte dessas terras pertencia a sua esposa por herança. Ela herdou tanto pela parte paterna dos Medrado como pela materna Castelo Branco, se polarizando de fato em 1877, um ano antes do ápice – conflito – pois uma tia da Ana Joaquina que era solteira faleceu e ela herdou boa parte das terras de modo que o casal incorporou a fazenda das Pedras.

A partir dessa perspectiva, desenvolve-se a mentalidade de disputas por dominação de poder que vinha se fundindo antes mesmo da instalação da Vila, pois já havia discórdia atribuída por razões políticas eleitorais, porque bastava aproximar-se das eleições que havia disputa armada. Essas desavenças já perduravam por anos, possivelmente iniciadas com os filhos e aliados do português Bernardo José Guerreiro contra o comendador Militão Plaçido de França Antunes. E cada um buscava aliados, o que acabou colaborando para a grande desavença.

O partido Pedras foi fundado por José Rufino de Magalhães no ano do casamento do Bacharel José Alfredo com Ana Joaquina em 1866, identificando como estratégia para melhor desenvolvimento, status e prestigio para o grupo, principalmente ao verificar que sujeitos ditos “importantes”[7] na sociedade tinham ligações com o grupo, como o senhor João da Cruz Mariano, tenente coronel da Guarda Nacional, vereador e Juiz de órfãos substitutos,

[7] Refere-se a titulações que indivíduos possuíam por meio de suas posições sociais e administrativas dentro da Vila de Xique Xique no século XIX.

que no final de 1860 o mesmo disputava poder local e tomou partido dos Pedras; além desse, um outro indivíduo que também se aliou ao casar-se com uma Castelo Branco, um irmão do bacharel José Alfredo, o senhor Fernando Olímpio Machado.

Possivelmente em 1867 institucionalizou-se as agressividades por causa da oficialização dos dois grupos rivais em partidos políticos. Nesse ano foram batizadas suas denominações, os Pedras era o partido liberal e os Marrões o conservador. Outra característica está na escolha do termo, como Pedras fazendo referência a fazenda Pedras/Carnaíbas (território amplo pertencente aos Castelo Branco e Rocha Medrado) e Marrões como referência a grande martelo de ferro apropriado para quebrar pedras, dessa forma pode-se pensar na possibilidade de ser uma atribuição dos integrantes, líder ou fundador associar o nome Marrões à aquilo que é marrento, que seja difícil de se dobrar .

Essas parcialidades apresentavam suas singularidades em meio a um complexo de interesses que estavam estratificadas em dominação de poder. Na verdade, cada sujeito iria viabilizando ao que mais lhe convinha à medida que iam se movimentando os embates, isso sob uma ótica historiográfica remetida ao modelo governamental vigente no período, na região dos sertões, acrescentando aqui o sentimento de temor que a sociedade vivia e de incertezas até mesmo dos envolvidos, uma vez que o próprio sistema impunha rivalidades em um jogo de disputas por estarem ocupando espaços de soberania.

Não diferente da situação aquisitiva dos Pedras, os Marrões também tinham suas posições altivas, partindo do chefe que estava a frente nas tomadas de decisões de domínio político. Dono de propriedades de terras, gados e escravos, além de uma fazenda cujo nome era Malhada conhecida como a mais valiosa do rio São Francisco.

Dentro dessa análise, percebe-se que os bens materiais serviram de base para a consolidação de riqueza, prestígio e poder na vila de Xique Xique, ao passo que status e notoriedade se tornavam condicionadas ao que a fortuna lhes ofertava. Não deixando de salientar que havia outras pessoas com prestígio familiar, postos na administração, na justiça municipal, detenção de patente militar e que se sobressaiam nas áreas das letras, como diz Elisangela O. Ferreira na sua tese “Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX”.

Manoel Martiniano de França Antunes, líder dos Marrões, fora casado com Ana Benedita Antunes de Campus, não tiveram filhos, diferentemente do bacharel José Alfredo que teve quatro. Manoel de França casou-se novamente com Blandina Clemente da Rocha Antunes após a morte de sua primeira esposa em 1887. Ele possuía conhecimento a respeito das leis que vigoravam no tempo e naquele espaço, pois assumiu função de avaliador, de

juiz municipal e de órfãos substituto e esse domínio foi atribuído desde os mais velhos, pois o mesmo teve um tio avô que foi muito temido nas regiões ribeirinhas.

O patrimônio adquirido de Manoel Martiniano de França Antunes também veio de vínculos familiares, de heranças no seu primeiro matrimônio. A sua segunda esposa acabou ficando com toda riqueza após sua morte. Mas o que cabe enfatizar está no primeiro casamento uma vez que ambos eram descendentes de tradicionais famílias de proprietários de terra e possuíam uma característica única: eram da mesma parentela. Netos de Ana Luisa de França Antunes vindos de duas de suas filhas Maria Benedita de França Antunes (mãe da esposa do chefe) e Carolina de França Antunes (mãe do chefe dos Marrões). Maria Benedita, mãe de Ana Benedita (primeira esposa do chefe dos Marrões) foi casada com Juvêncio Cassiano de Campos e este era filho do capitão-mor Álvaro Antonio de Campos aliado dos França Antunes e consagrado adversário dos Rocha Medrado.

Por esse ângulo percebe-se que eram sobrinhos netos do Militão Placido de França Antunes, sujeito temido e dono de terras em diversas localidades como Remanso e Pilão Arcado, lugares esses que comandava através de seu poder e se expandia para toda a vizinhança durante a primeira metade do século XIX. Ressaltando que fora capaz de ser o mesmo que possibilitou a iniciação dos confrontos, pois efetivava rivalidade com os Guerreiro que esses por sua vez fizeram ligações familiares com os Pedras (Castelo Branco e Medrado).

Consequentemente Manoel Martiniano adquiriu da mesma postura que seu tio avô, principalmente ao ficar viúvo e com a fortuna do casal que se baseava por cerca de 9: 478$400, além dos postos administrativos e judiciários. O mesmo "conhecia profundamente todos esses subterfúgios judiciais [...] ele esteve constantemente envolvido nos processos de partilhas de outras famílias da região, assumindo não só a função de avaliador, mas principalmente de juiz municipal e de órfãos substituto, o que requeria um conhecimento mínimo da lei e evidentemente das formas de burlá-la" (FERREIRA, 2008, p. 56).

Um fato interessante na Vila de Xique Xique está na facilidade com que uma mesma pessoa podia atribuir-se não somente de uma função, mas de várias e, mais especificamente, ter a capacidade de uma substituir a outra, como Juiz Municipal conseguiria permutar para o de Direito, assim para a de Delegado de Polícia, além dos cargos de vereador muitas vezes ligados aos judiciários de modo que o município tinha seis distritos de paz onde para cada um deles se elegia um juiz.

O que cabe se atentar em todos esses sujeitos descritos e seus espaços de atuações é o nível de envolvimento que configurou o conflito em 1878, na qual os seus arcabouços e

facetas que perduravam por certa temporalidade foram fundamentais para compreensão da política no interior baiano, destacando a formação de disparados embates e como o próprio sistema governamental subsidiou lutas de dominação de poder local, constatado a partir da primeira constituição do corpo legislativo da Vila, cujas eleições ocorreram em outubro de 1834 e então, por razões políticas, foram se intensificando as lutas e rivalidades, tudo em busca de conseguir maior controle, especialmente se pensar que uma família já estava a um tempo ocupando cargos administrativos políticos carregando insatisfação de outra que também queria aqueles campos de atuações.

Para tanto a narrativa do conflito se fez através das fontes documentais, relatórios descritivos de autoridades jurídicas e administrativas da Vila de Xique Xique no século XIX, que compreende: um da delegacia de policia e outro do Juiz Municipal relatando o conflito e a situação em que a vila se encontrava. Além desses houve as correspondências do Juiz de Direito da Comarca de Xique Xique e do Chefe de Polícia interno que expuseram depoimentos dos sujeitos envolvidos e de outros indivíduos que, mesmo não participando de forma direta, presenciaram ou ouviram comentários que poderiam ser informações concisas para a conclusão dos verdadeiros culpados da guerra que foi travada.

1.2. Conflito de 1878: Pedras x Marrões

Começando a hostilidade as 23:00 horas no dia 12 para o dia 13 do mês de abril de 1878 dentro da Vila, com a chegada de uma aglomeração com cerca de 50 a 100 homens partindo do Santo Inácio que invadiu e se apossou da Igreja Matriz em favor do grupo Pedras, arrombando portas laterais. A vila se tornou um palco de guerrilha com tiros de armas de fogo, pois os Marrões já tinham conhecimento que seus adversários planejavam essa estratégia de invasão e por isso já estavam posicionados a espera. Desse momento em diante houve muita confusão e mortes, acrescentando-se ocupações de casas próximas ao local para quem melhor conseguisse desempenho na luta. E imersa em tudo isso estava a população em pânico que se refugiava e tentava se proteger.

A Igreja foi à escolhida para o acontecimento por ser o local onde ocorriam as eleições e no dia 21 do referido mês iria se realizar uma para senador. O objetivo dos Pedras para tal feito se encontrava na não ocorrência dessas eleições, na tentativa de impedir que o grupo adversário, os Marrões, concorresse ao cargo com a candidatura de seu chefe o capitão Manuel Martiniano da França Antunes. Assim sendo observa-se que o ato de ocupação significava a proibição da entrada do outro grupo e também uma maneira de

enfrentamento ou provocação. No entanto era fato que os Marrões, em 1872, também se apropriaram da Igreja guardando o estabelecimento com pessoas armadas para impedir que o grupo Pedras concorresse a eleição. Logo os da parcialidade Pedras resolveram naquele dia, em 1878, fazer o mesmo.

Esses sujeitos que chegaram à localidade estavam apoiados pelo comandante do destacamento, participando de forma direta o Capitão José Francisco Santiago, possibilitando identificar a falta de imparcialidade de muitos e mais especificamente dos autores dos documentos, sendo de total importância analisar e relativizar os fatos devido as razões dos interesses daqueles que produziram, tomando suas colocações a que lado ficaram ou a que grupo seguiram.

Já com o passar dos dias diante das perturbações, houve destruição de lares e da ordem pública com direito a saques e mortes. Ao observar essa situação, a maioria da população optou por fugir, uma vez que não havia outra alternativa. Muitos atravessaram o rio São Francisco em situações de perigo, pois as estradas por terra estavam ocupadas por homens, tanto de um partido como do outro, assaltando e pregando destruição. Fica claro que ambos os grupos cometeram muita violência física contra todos, sem distinção.

No dia 21 do mesmo mês a facção Pedra se retirou, não se sabe se por ter conseguido adiar a eleição ou porque julgou impossível apossar-se da Vila. Seguiram todos do grupo, inclusive o comandante do destacamento, para a fazenda das Carnaíbas que era de propriedade e residência do Bacharel José Alfredo Machado, chefe dessa parcialidade. Houve muitos mortos e feridos, incluindo policiais; houve também incêndios em casas. Mas, apesar da retirada dos Pedras, a violência permaneceu, pois, os Marrões destruíram propriedades que pertenciam aos Pedras e foram ao encontro deles na fazenda Carnaíbas, onde estavam refugiados, portanto o conflito se estendeu por outros contornos. Mas o combate intenso foi até o dia dezoito.

Somente com a chegada de outras autoridades judiciais é que se foi tranquilizando o ambiente. O chefe de polícia interino e outras autoridades, que por meio de suas correspondências ao governo, confirmaram a falta de Juiz Municipal formado e fora das lutas, estando o cargo entregue a suplentes, dificultando a instauração dos processos relativos sobre o caso, fizeram pedidos para melhorar o policiamento e a justiça na vila. Compreende-se nesse momento que todo o destacamento esteve à mercê da violência dos dois grupos, pois estava sem comandante e sem poder resistir ao fogo cruzado.

As informações do apaziguamento da Vila partem de outubro e novembro de 1878. Portanto sabe-se, superficialmente, que agressões e embates de corpo físico não ocorreram

mais, entretanto enfatizam que as facções se hostilizavam há muitos anos por ódios particulares que apenas nas épocas eleitorais chegavam ao ápice.

Depois, já no início do ano de 1880 ocorreu o falecimento do bacharel José Alfredo, pois nesse ano o mesmo desapareceu dos autos de Xique Xique. Deixou quatro filhos, Eduardo Olimpio Machado, José Alfredo Machado, Felix Alfredo Machado com 18, 15 e 12 anos, além de Ana Joaquina Castelo Branco ou Ana Joaquina Machado casada talvez com o próprio primo Eduardo Olimpio Machado. Mas a rivalidade se estendeu por um tempo mais prolongado, pois em 1885 houve saque à fazenda Malhada, do chefe dos Marrões. E este só veio a óbito em dezembro de 1894.

Com o desenrolar da história e do tempo acaba entrando outras figuras como líderes dos partidos e desavenças entre eles mesmos. Surgiu o capitão Antonio Joaquim de Magalhães como chefe dos Marrões. O ataque na fazenda Malhada provavelmente representava quebras de correligionários do mesmo grupo e do outro grupo. Estavam envolvidos os filhos e genro do Coronel José Rufino de Magalhães que ficaram pertencentes a essa parcialidade e contra o pai que era Pedras. Esse partido deixou de utilizar o próprio nome. Possivelmente depois da morte do Bacharel, o partido se dispersou ou tomou força com outras lideranças usando outra denominação. E até os Marrões passou a ter um outro grupo chamado Bundões como aliados em meados de 1886, e passaram a receber ordens de Manoel Martiniano e Bento José de Brito.

Constata-se que, por meio de ligações familiares, foram se formando rivalidades que se confirmaram em grandes grupos de embates, cada um buscando domínio de poder que nada mais eram do que constituições familiares e seus agregados enfrentando aqueles que se opuseram e foram de encontro aos termos que eles tinham estabelecidos, firmando e adquirindo posições consagradas na Vila de Xique Xique dentro de uma perspectiva histórica totalmente baseada no coronelismo.

1.3.Importância da História Local e Regional no conflito

Diante disso, a realização da pesquisa historiográfica empenha-se na necessidade de se obter informações precisas quanto ao espaço geográfico em que se insere o objeto de estudo como forma de delimitação territorial. Basicamente o sentido para tal feito consiste na construção de um cenário alicerçado por fontes, direcionando uma aproximação verdadeira dos fatos e do lugar. Logo, o historiador se encontra defronte a história local e

regional que possui total importância no campo cientifico, viabilizando abordar aspectos que provavelmente não seriam percebidos dentro de um contexto maior.

Trabalhar com relações sociais, envolvendo política e economia, assim como a própria cultura do espaço, requer discutir e entender conceitos que até então eram poucos explorados na historiografia brasileira, pois dentro de uma escala reduzida compreende-se o próprio processo histórico da localidade, uma vez que o foco corresponde a uma área do sertão e esse implica está ligado a mais dois conceitos, o regional e o local. Num primeiro momento pensava-se o regional somente no aspecto "natural" [8], elementos naturais tais como relevo, clima, vegetação etc., estudados por geógrafos, mas que sob essa ótica seria incapaz de apreender a historicidade e as contradições sociais que impregnam um determinado espaço.

Estudiosos, tais como historiadores e geógrafos buscaram definições mais precisas e menos complexas a partir de críticas que se foram formulando e reformulando, advindas do conceito de região somente quando, segundo Janaina Amado, a categoria espacial, que expressa uma especificidade, singularidade, dentro de uma totalidade, configurando um espaço particular dentro de uma determinada organização social mais ampla, com a qual se articula (AMADO, 1995, p. 08), e nesse contexto mais indagações foram levantas baseando-se na teoria marxista relacionando a ideia de modo de produção, provocando debates polêmicos sobre o conceito de região, mas que sua ideia central, não importando qual o conteúdo seja dado, está relacionado com a noção de espaço.

Eric Van Young ao debater o conceito de região em *"Haciendo Historia regional: Consideraciones metodologicas y teóricas"*, no primeiro instante deixa claro que o que seria mais útil de fato está na espacialização de uma relação econômica, assim como seria mais fácil de um espaço geográfico com uma fronteira. Mas ao pensar dessa forma não necessariamente a mesma seria impermeável e correspondente com as divisões políticas ou administrativas, visto que nessa percepção, sertão estaria mais identificado, mais comum ser familiarizado. A definição do seu conceito perpassa por estabelecimentos teóricos que são continuamente discutidos, na qual o autor expõe o surgimento de interrogativas que devem ser analisadas, do contrário se explicaria um fenômeno social de modo equivocado e, nessa sequência, se propõe relacionar sistemas regionais com classes sociais no intuito de apontar características semelhantes de ambas, como forma de justificar as hierarquias urbanas que ocorrem nos sistemas regionais. O espaço geográfico e a estrutura social no caso é em

[8] Termo utilizado para os geógrafos que se perpetuou por um período no sentido de referir-se a delimitação espacial ou regional. Mais informações ver: (AMADO, 1990 b)

história mexicana que é o foco do autor, mas é um ponto que deve ser observado, levando em consideração as delimitações do campo físico e dos fatos que desenrolam na disputa por poder na Vila de Xique Xique, que ultrapassam as "fronteiras"[9] de acordo com as instalações pertencentes aos donos de terras e principalmente no que compreendia a vila em nível de aquisição no período em questão.

Percebe-se, que novas abordagens foram sendo construídas sobre o seu conceito, significando crescimento no número de pesquisas e estudos de historiografia regional, de modo que é por meio desse que "[...] novos olhares analíticos ao estudo de cunho nacional, pode-se apresentar todas as questões fundamentais da História, como os movimentos sociais, a ação do Estado, as atividades econômicas, a identidade cultural, etc., a partir de um ângulo de visão que faz aflorar o especifico, o próprio, o particular" (AMADO, 1990 b, p. 10). Nessa perspectiva o conflito acontecido em 1878 no sertão baiano, popularizado e juridicamente pautado na Vila de Xique Xique se torna viabilizado. Identificando e compreendendo o cotidiano de indivíduos que até então eram invisíveis em meio a uma conjuntura que englobe questões sociais, políticas, culturais e econômicas, acrescidas de uma enorme necessidade de serem conhecidos acontecimentos que fazem parte do processo histórico da população xiquexiquenses, conhecimento esse que deve ser estudado e compartilhado para enriquecimento da historiografia local, regional e nacional brasileira.

Ao se falar em região, entende-se logo o que é sertão e seu conceito já vem apresentando variáveis significados a partir do imaginário de regionalidade que compreende o Brasil. Definições de categorias como a do pensamento social, desde a chegada de europeus ao Brasil por meio de relatos cronistas foram analisados, onde designaram esse sertão a espaços vastos, interioranos e recém-conquistados e no período da independência sua noção esteve carregado de sentidos, geralmente referindo-se a terras sem lei ou rei e sem fé, afastadas do que seria o litoral, ou seja, distinção entre zona sertão e o limite que se diz civilização, litoral baiano.

Segundo Moisés Sampaio na sua tese *"El Coronelismo. El Coronel Negro. Poder-problemas raciales y política en Sertao Bahiano"*, essas concepções de zona litorâneas e interioranas partem do desenvolvimento administrativo de carne/gado, pois seria inviável sua produção no litoral, surgindo a ideia de centro e periferia, na qual essa se denomina sertão, espaço esse que compôs lugar para os coronéis, ditos mandatários em todos os seguimentos que regem uma sociedade, logo entende-se que a noção de sertão surgiu mais

[9] Termo utilizado para designar limite territorial ao conceituar sertão na trabalho de Eric Van Young, *Haciendo Historia regional: Consideraciones metodologicas y teóricas.*

especificamente a partir da fronteira litoral/sertão, na qual uma dependia da outra, devido a necessidade de carne para consumo e comercialização, ou seja, o transporte do produto que se concentrava do interior para o litoral.

A cidade de Xique Xique situa-se no que se diz sertão baiano e uma das suas grandes fontes de riquezas no Brasil Império, enquanto Vila e Comarca, além das minas de diamante que se concentravam na região, era a criação de gado que ficava nas mãos de grandes personagens que se deram destaque em disputas por poder local, mas que gozavam de uma posição social, adquirida justamente por ter domínio sobre inúmeras cabeças de gado (poder aquisitivo) e mantinham também um grande prestigio social, pois conseguiam ligar o sertão ao litoral ao manterem contato com autoridades de ambos os espaços.

Referente à história local, seu conceito verbera as mesmas discussões, uma questão territorial, pautada em uma delimitação entorno de um objeto de análise, que, enquanto apenas espaço geográfico, "nos permite obter um olhar reducionista, não sendo mais legitimado nos debates acadêmicos atuais" (FERNANDEZ, 2008, p. 01). Abandonando-se essa ideia, o estudo se concentra na formação histórica dos territórios, nas transformações sociais destes, mas também não deixa de apresentar complexidades, principalmente ao pensarmos em outro ponto que há nesse contexto, que consiste nas próprias construções de identidades sociais, a noção de pertencimento de um determinado lugar, pois dentro ou fora dessa delimitação física há marcos, traços dessa identidade e os espaços começam a ser percebidos e realizados pelos que neles habitam, visto que o conhecimento parte das experiências do cotidiano desses indivíduos que estão em constante processo de transformação.

Segundo a historiadora Sandra R. Fernández, não é só analisar a localização, a comarca e a região, mas sim determinados problemas nestes espaços que são socialmente construídos (FERNANDEZ, 2008, p. 07), logo se torna necessário uma interpretação e explicação das práticas sociais e políticas postas em atos por uma comunidade que, em teoria, são definidos desde o local e região, já que é por meio destes que se faz possível realizar uma análise de processos históricos de construções de poder e de conflitos sociais, que até então, em uma observação de escala macro, não seria viável.

Portanto ao se pensar no conflito político em 1878 e seus contornos, desde os envolvidos e o próprio sistema governamental que era posto, baseado em uma disputa por poder local que concentrava seguimentos de temor para toda população, é que se pode compreender a relação que se faz presente do objeto de pesquisa e teorias conceituais que dão sustentação para as disputas e a sociedade vigente da época.

Sendo assim, ao se abarcar estudos regionais e locais encontra-se características e olhares que, em uma escala reduzida, posta pela própria descrição territorial do ambiente a ser explorado em termos de conhecimento e saber historiográfico, não seriam viváveis e fundamentais para compreender as nuanças e complexidades que se efetivavam na Vila de Xique Xique, já que suas disputas estavam interligadas a relações sociais e políticas onde predominaram interesses em comum. Ali rivalidades eram palpáveis e consideradas pelas lutas de predominância na dominação local, e suas definições geográficas apresentavam delimitações pelas construções sociais, políticas, econômicas e culturais, determinadas pelas práticas das facções, em detrimento de suas constantes transformações nos espaços ditos interioranos e sertanejos de um Brasil em meados do século XIX.

2. CORONELISMO: UMA FORMA LEGITIMADA DE PODER

As disputas que eram travadas no sertão nordestino, compreendendo mais especificamente a Vila de Xique Xique, localizada à margem do rio São Francisco, como já dito, apresentavam, em meados do século XIX, características que compõem o corpo social, político e econômico vigente em um período correspondente a rupturas na estrutura organizacional do Brasil. Havia um direcionamento de concentração do poder cada vez mais localizado nos municípios, provocando uma busca por poder que legitimasse a dominação dos votos da localidade, e assim, poder negociá-los com instâncias mais amplas (estadual e nacional), possibilitando poder político e riqueza aos potentados locais. O controle da economia local estava nas mãos, tradicionalmente, dos que detinham as propriedades rurais e que controlavam o comercio de gado, ou dos novos ricos que rapidamente cumularam riqueza pelo garimpo e comércio de diamantes. Como consequência, as relações sociais tinham como ponto de partida os interesses que cada agregado e/ou famílias adquiriam ao seguirem ou apoiarem um partido, grupo ou até mesmo facção.

Os Pedras e Marrões se tornaram referências nas disputas eleitorais em Xique Xique, onde cada um (grupo) tinha um membro com posto de liderança, que por sua vez possuía um grande poder aquisitivo e meios de reconhecimento social. A trajetória, desde a formação e o ápice dos estranhamentos, que culminou no conflito em 1878, promoveu o estabelecimento de caminhos carregados de superações, lutas, desenvolvimento de estratégias políticas, econômicas e pessoais de modo que possibilitassem identificar a definição dos partidos e o sistema governamental que predominava na época.

Nessa perspectiva, há que considerar a compreensão da cultura política e as relações de poder no sertão do São Francisco na Bahia, em meados e fim do século XIX, para entender o que significaram os fatos ora apresentados para a historiografia sobre coronelismo, visto que o momento político a as condições sociais identificava, através das estratégias de dominação, as práticas administrativas. Logo percebe-se que suas formas direcionavam para um cunho político-social, próprio do meio rural e das pequenas cidades do interior, configurando um sistema próprio do coronelismo na qual uma elite, donos de latifúndios/terras, controlava os meios de produção e poder econômico, social e político local.

Portanto, o objetivo deste capítulo é analisar a situação a partir do conceito do que foi o coronelismo no Brasil atribuído pelas produções historiográficas brasileiras, fazendo a relação com o objeto de pesquisa por meio das documentações, possibilitando então

identificar um modelo governamental para a cultura política da Vila de Xique Xique no século XIX.

Segundo Sampaio, o sertão era o lugar onde mais havia coronéis atuantes do Brasil, e seu conceito foi difundido de maneira estereotipada até mesmo pela literatura, como a obra Sertões de Euclides da Cunha que *"describe el lugar como desértico, incivilizado y brutal, donde los hombres que él llama de "jagunsos", se acercan más de los brutos, redescubriendo su humanidad a través de la violencia típica de la región, en una lucha constante contra lo clima, dificultades y los dominadores, a saber, los coroneles"* (SAMAPIO, 2015, p. 38), dessa forma esse conceito foi sendo compartilhado por outros literários e teóricos sociais da época, no século XX.

Nesse sentido a ideia de incivilizado corresponde a isolamento e afastamento do litoral, principalmente quando se trata de jagunços brutos e praticantes da violência. Em contrapartida, por meio de analises documentais, questões foram sendo construídas, uma vez que a dinâmica econômica e social entre sertão e litoral era efetivada constantemente, descartando a ideia de isolamento e incivilizada, como a venda e abastecimento de carne vindo do interior para capital.

2.1. Poder privado interferindo no público

Além de concepções analisadas destinadas ao ambiente praticante do coronelismo, muitos estudos sobre a História política do Brasil referentes ao coronelismo se configuram no momento da Primeira República Brasileira de 1889 a 1930, queda do Império até a ascensão de Getúlio Vargas, porque o sistema econômico e administrativo possibilitava a existência do coronelismo. Sampaio diz:

> Para los sociólogos e historiadores ese fue un periodo en que hubo un tránsito de un modelo económico agro exportador oligarca para un país industrial comandado por una burguesía naciente, que se consolidó desde la década de treinta del siglo XX, cuando el presidente Vargas concretizó su proyecto de modernización de Brasil. Para ellos, solamente en eso lapso de tiempo había las condiciones necesarias para que el coronelismo pudiera existir. (SAMPAIO, 2015, p. 41)

Esse fenômeno traz consigo a noção considerada como característica da política brasileira, e muitos estudiosos ampliaram os argumentos, para compreensão do surgimento do coronelismo, com a definição de um fenômeno fundamentado nas oligarquias que dominavam a estrutura agrária do país, mais precisamente, ao se pensar em um período em

que o estado não estava grandemente forte, os espaços foram abertos e foram ocupados por mandatários que impuseram sua autoridade. Essa autoridade era exercida pelos chamados coronéis. Dessa forma se comprimia um comportamento de poder particularmente local, muitas vezes por famílias que se firmavam através do domínio sobre a população, pela força e por via simbólica de prestígio, mas eles dominavam a economia local, imprimindo, portanto, relações que se baseavam nos seus próprios interesses, fazendo uso de "jagunços" [10] e capangas como forma de alcançar suas vontades frente a sociedade.

Como cientista político e estudioso da temática, Victor Nunes Leal em seu trabalho "Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil" conceitua o coronelismo, dentro de uma perspectiva que deve ser ressaltada, uma vez que a publicação de sua obra em 1945 estava dentro do contexto do período varguista, portanto, fazia parte do cotidiano da época desse sistema, no qual ele diz incorporar ao conceito de coronelismo traços de mandonismo local e com isso relacionava os coronéis (mandões), aos governadores e presidente da República.

Para o mesmo se torna uma "forma peculiar de manifestação do poder privado" [11]. Em outras palavras, tornou-se uma adaptação como consequência de vestígios do antigo sistema governamental que por sua vez se fazia ao poder privado, mesclando e adaptando-se o regime político de extensa base representativa.

Diante disso coronelismo para ele é:

> [...] "coronelismo" é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil. (LEAL, 2012, p. 23)

Percebe-se que os senhores de terras, declarados chefes locais atribuíam seus poderes políticos e sociais a esferas públicas, estando intrinsicamente ligados ao fato de muitos terem patentes e posições administrativas. Em sua maioria o poder era advindo da Guarda Nacional que representava as instituições políticas, mantendo o domínio por meio de relações de favores com as elites regionais e nacionais, por isso o termo coronel. Entretanto, essa concepção foi sendo modificada e sendo atribuída o mesmo termo coronel, não só em

[10] Termo utilizado ao indivíduo no nordeste brasileiro que prestava-se ao trabalho paramilitar de proteção e segurança às lideranças políticas em favor de algo em troca.
[11] Leal distingue poder privado do publico ao se fazer referencia as formas que iriam se moldando o poder dentro do sistema coronelista. Mais informações: (LEAL, 2012, p. 22, 23 e 24)

referência a Guarda e às instituições, mas a qualquer chefe local que gerava e culminava sua liderança frente às populações mais pobres.

Para Sampaio, Leal compreendia que havia uma grande rede de relações entre os chefes locais e chefes regionais, fazendo destes superiores aos outros, em razão de votos nas eleições a cargos representativos, pois seus poderes se firmavam mais consideravelmente com o apoio das esferas políticas regionais e nacionais. Para Sampaio:

> Lo coroneles que estaban en contacto directo con los electores que formaban la base de la estructura electoral, siempre estaban en búsqueda de beneficios para sus propios fines, no considerando el interese público, configurando así, una manifestación de poder privado en espacio que debería ser exclusivamente público. Para él, la base del fenómeno estaba sobre los electores que constituían el anillo más flaco de toda la cadena política de Brasil, presente en fines de siglo XIX y tres décadas iniciales del siglo XX. (SAMPAIO, 2015, p. 43)

Para tanto, os interesses acompanham a trajetória desse sistema coronelista, pois os chefes com prestígio e poderes econômicos e administrativos predominavam a dominação. Ainda mais ao se pensar coronéis enquanto latifundiários, fortalecidos principalmente com a constituição da República, onde o voto consistia a todo homem brasileiro, maior de vinte e um anos e alfabetizado, mas não com distinção de renda que era exigida anteriormente. Dessa forma possibilitava-se identificar claramente a facilidade para agregar para si, seus eleitores e seus interesses que, com o alto índice de analfabetismo, se tornava pequeno o contingente eleitoral e os leitores estavam na linhagem de parentesco, não havendo tanta necessidade de alianças e compras de voto.

As relações entre os coronéis e os chefes regionais se baseavam em prol de seus próprios benefícios, como para os regionais que disputavam eleição para senador, governador, deputado e para os nacionais até mesmo para presidente, e para isso dispunham do poder e influência dos chefes locais, ou seja, firmando deveres e favores.

Nesse contexto se torna viável fazer a relação com a sociedade xiquexiquense no século XIX, pois a partir das análises documentais encontram–se aspectos representantes desse sistema coronelista, sendo ainda mais plausível a sua conexão no momento do conflito e suas consequências, de modo que cada líder de uma facção tinha seus agregados e seus seguidores, detectando dessa forma a influência que cada um possuía perante a população, ressaltando o considerável número de indivíduos vindo de terras distantes a favor do bacharel José Alfredo Machado chefe dos Pedras “ [..] O Bacharel Jose Alfredo Machado, chefe desta, tendo notícia de que se reunia gente para aquelle fim na madrugada do dia 13, mandou apossar-se della, entrando de surpresa na Villa trinta homens, mais ou menos, dos

que compõe a quadrilha de ladrões e assassinos de Santo Ignacio[12]. Ou seja, tanto o bacharel (Pedras) como Manoel Martiniano (Marrões) podem se considerar coronéis, onde cada família França/Antunes x Machado/Castelo Branco possuía todos os requisitos que favorecem essa forma de comando e governabilidade.

O conflito que foi travado em 1878 aponta uma rivalidade que já havia sido instalada há muitos anos. Os laços de cada grupo foram fortalecidos a partir das alianças matrimonias e apoios de outras famílias, que já haviam se rebelado contra ou favor de um determinado grupo. Toda sua conjuntura está respaldada de sentidos que envolvem deveres e favores, advindos de um líder com grande poder aquisitivo, dono de terras e/ou gado, prestigio social e um cargo ou posição administrativa do local, se não ele um familiar/agregado. Significando assim uma troca de proveitos entre os envolvidos e o poder público em uma estrutura agrária, pois a influência social do coronel facilitava, para os chefes regionais, a liderança nas eleições e vice versa, além do comando para os que seguiam segundo seus interesses.

Diante disso, compreende-se o coronelismo como sistema e não como mandonismo, que segundo Leal são fácies de se relacionar, mas uma não quer dizer a outra, ou seja, não deve ser considerado apenas como um fenômeno de política local, sendo na verdade uma junção entre o município, Estado e União, sendo coronéis, governadores e presidente, não deixando de exercer, cada qual sua exercício distinto, porém havendo interação entre poderes e obviamente invadindo muitas vezes seus campos de atuações, " [...] corroendo e alterando no processo a própria natureza do público e do privado". (LEAL, 2012, p. 06).

O poder privado estava constantemente invadindo o poder público, pois a ausência do mesmo contribuía para efetiva atuação dos chefes locais, diminuindo em razão dos novos meios tecnológicos como a comunicação e transporte, proporcionando a presença, assim que precisasse de autoridades de maiores patentes policiais, caracterizando um sistema regado de fraudes eleitorais e de perturbações sociais numa complexa estrutura de poder. Onde segundo Leal:

> A polícia de hoje, salvo em raros Estados, poderá comparecer ao local de perturbação e atuar com relativa eficácia num período de tempo, que cada vez se torna mais curto. A rebeldia do chefe local - tão característica de certo período da Colônia - já não é um meio de consolidar, mas de enfraquecer e minar a influência do "coronel". (LEAL, 2012, p.33)

[12] Relatório de Policia do Termo de Chique-Chique, 8 de outubro de 1878 para o chefe Interino da Província Innocencio d' Almeida. Disponível :HTTP://memoria.bn.br/CocReader/DocReader.aspx?bib=130605&Pasta=ano%20183&Pesq=Morro%20do%20chapeo. Acesso 12/02/2016 as 23: 00.

Nessa abordagem, aspectos da rivalidade entre partidos na Vila de Xique Xique firmando famílias opostas a outras se configurava nesse ambiente, onde a presença do poder público se fazia ausente. Autoridades policiais não se opuseram diante do fogo cruzado entre os Pedras e Marrões, devido a própria falta de imparcialidade do comando do destacamento, o que se faz necessária uma análise documental mais concisa do autor que a produziu. Portanto os envolvidos compreendiam: os mais favorecidos economicamente e de sujeitos com um nível de respeito acentuado até os desfavorecidos socialmente quanto ao fator econômico. Provando que de fato havia uma ausência do poder público, de chefes de policias com posições de maior poder autoritário.

"[...] cabe-me dizer lhe que sinto não poder V.S permanecer algum tempo n'esse logar, onde faz-se tão necessária a sua presença, visto não estar no Termo o juiz Municipal effectivo, achando-se o cargo entregue a supplentes, pessoas envolvidas nas lutas políticas locaes, e que, portanto, não podem proceder sobre os alludidos factos com a indispensável imparcialidade"[13]. Portanto, dessa forma fundamentar o discurso de Leal se torna apropriado, ao afirmar que, para haver o coronelismo, teria que ser numa região/local distante dos centros, onde o poder se concentrava ao público, estabelecendo de melhor proveito onde seria um município, vila e região atrasada socialmente e culturalmente.

> Así, Leal afirma que el coronelismo solamente podría existir en una región distante de los centros de decisión, atrasada social y culturalmente donde el control de la población y principalmente de los electores se hacía por medio de la ausencia de clases medianas que equilibrasen las fuerzas, y agrandado por el alto índice de analfabetismo y manipulación de personas y, consecuentemente, de sus votos ante la ausencia de las instituciones estatales que garantizase pleno acceso a todos los ciudadanos. (SAMPAIO, 2016, p. 44)

Nesse momento podem ser facilmente identificadas características desse sistema, na conjuntura que compreendia a política na Vila de Xique Xique, visto que as estratégias para melhor desempenho na liderança de poder partiam de manipulações da população na época das eleições. Como o corrido em 1878, em que as hostilidades tomaram proporções imensas em um ato de ocupação da igreja da Conceição onde se realizava as eleições, forma de fazer com que o grupo adversário (Marrões) não concorresse às eleições que iriam acontecer numa data próxima, ou seja, os partidos constantemente firmavam estratégias de sobressair

[13] Relato do Juiz de Direito da comarca de Chique Chique, Domingues Rodrigues Guimarães para Illm. Sr. Dr. Chefe de policia Innocencio de Almeida, onde descreve discursos das testemunhas sobre o conflito travado em 1878 como forma de dever procurar informações dos fatos.

nas decisões, consequentemente dirigindo-se a dominação mais precisamente por ser uma rivalidade pautada em famílias de poderes sociais e econômicos perpetuada por anos, significando um luta que gerava aliados e adversários.

Sob uma ótica panorâmica do embate entre os Pedras e Marrões observa-se que a única justificativa, para o desenrolar da narrativa, parte do princípio da pouca presença do poder público (estadual e federal), formando um jogo de troca de favores entre as esferas de poderio, agindo de acordo com as circunstancias que vão sendo apresentadas, mas sempre em decorrência do corpo eleitoreiro, uma vez que o chefe local tinha acesso direto aos eleitores e, consequentemente, mais garantias atribuídas às próprias estratégias de dominação, seja adquirida por meio da violência ou pelas retribuições aos favores prestados, ou muitas vezes a junção das duas. Isto posto, percebe-se que o coronelismo representa um sistema que se molda segundo conveniências que favorecem seus interesses, intervindo o privado no público.

> [...] Segundo já tem sido observado, as correntes políticas municipais se digladiam com ódio mortal, mas comumente cada uma delas o que pretende é obter as preferências do governo do Estado; [...] batem-se para disputar, entre si, o privilégio de apoiar o governo e nele se amparar. (LEAL, 1986, p. 36)

A evidente importância da segurança dada pelo governo se torna preliminar, pois no momento de decisões que favoreçam os interesses próprios, mesmo teoricamente dizendo que seja em prol da população, o apoio do Estado estabelece uma estabilidade de dominação. Se relacionar as atitudes tomadas pelos grupos/partidos de Xique Xique percebe-se uma luta que, possivelmente, travaram para garantir certas preferências do governo e ter o apoio e o amparo do mesmo; luta em que partiram para violência como forma de predominar lideranças de poder seja de um lado (Pedras) ou de outro (Marrões).

Nesse sentido, pode-se pensar que não havia lógica se não se apresentasse apoio do governo, pois as dificuldades se tornariam agravantes na dominação de poder, ainda mais ao se refletirem na possibilidade de ter o Estado como adversário. Sem o amparo do poder público ficaria difícil haver lutas entre facções, visto que, ao se formar, cada uma, por meio de estratégias, procurava segurança como garantia nos momentos de hostilidade, mais precisamente nos períodos de eleições, onde as parcerias de trocas de favores eram favoráveis para ambas as direções, privadas e públicas. Na palavra autorizada de Basílio de Magalhães, quando “nos municípios surgem facções, de ordinário em acirrada pugna umas com as outras, todas conclamam desde logo, chocalhantemente, o mais incondicional apoio

ao situacionismo estadual". (LEAL, 2012, p. 36). Em outras palavras, o sistema coronelista representava um jogo de favores, onde os chefes locais cediam votos das populações municipais que governam para o candidato nas eleições federais e estaduais, já na esfera destes se estabelece a liberdade dada ao chefe local ou da facção para decisões tomadas em relação ao local de regência, até mesmo as nomeações de cargos públicos.

Na Vila de Xique Xique no século XIX se configurava um governo pautado em disputas por dominação de poder, no qual, nas eleições havia enfrentamentos e violência atribuída a cada partido, Pedras e Marrões. Os líderes, o Bacharel José Alfredo Machado e Manuel Martiniano de França Antunes, compunham um corpo eleitoreiro competitivo, mas o que interessava naquele momento era entender os requisitos que predominavam a liderança, como o poder aquisitivo e prestigio social como já foi dito. Ambos eram donos de terras e criações de gados direcionados a adquirirem prestações de serviços e formação de uma parcela de dependentes.

Nessa perspectiva uma observação ao coronelismo é viável. Partindo do princípio de uma supremacia social desses latifundiários e de que essa supremacia se mantém sempre relacionada aos dependentes de suas propriedades, percebe-se aqui a constituição do chamado curral eleitoral, onde aconteciam os ditos votos de cabresto, aqueles onde não há liberdade do voto ou voto privado. Essa explicação é dada por não poder compreender a hegemonia vinculada ao município como um todo, ao passo que o mesmo se encontrava dividido em distritos, tendo a sede e a área rural, tornando possível a influência do coronel em um distrito, vários ou em todos.

No caso de Xique Xique constata-se que no momento em que houve a mudança de Arraial para Vila, ocorreu a sua divisão em distritos, sendo a matriz (a Vila) e os distritos como da Lagoa, de Mata fome, São José e Brumado. Os chefes dos partidos tinham influências onde se localizavam provavelmente suas fazendas e também onde possuíam apoios de autoridades e famílias respeitadas pela sociedade, como o distrito das Pedras por exemplo, que era território de ascendência política das famílias Castelo Branco e Machado unidas anteriormente por laços matrimonias. Dessa forma se traduz a dominação de cada líder em seu distrito e o combate se consiste na busca da liderança de poder em todos os outros, transformando "somente um coronel, dono não só de um distrito, mas em relação a todo o município, assim a hegemonia social advinda da propriedade de terra seria inquestionável" [14].

[14] Mais informações: Leal, V. N. (2012). Coronelismo, enxada e voto (7 ed.). São Paulo, Brasil: Companhia das Letras.

Possivelmente existiam muitos fazendeiros nos distritos, portanto seria fácil haver agrupamentos conduzindo-os a uma ou outra corrente partidária, e, nesse caso, as razões para decidir a quem seguir seriam várias, mas as mais importantes seriam: a situação econômica e a liderança permanente da família que o fazendeiro estaria se aliando.

2.3. Coronelismo antes da República

Assim, como muitos teóricos se interessaram em estudar o coronelismo, o sociólogo e historiador Raymundo Faoro publicou seu trabalho "Os donos do poder: a formação do patronato brasileiro", e diz: *"*O senhor da soberania, o povo que vota e decide, cala e obedece, permanece mudo ao apelo à sua palavra" (FAORO, 2001, p. 734), e nesse ponto ele retrata a dominação das elites sobre um povo, na qual, ao som de uma linguagem autoritária, cala a população em um sistema tradicionalmente arcaico. O autor coloca o coronelismo como consequência do patrimonialismo, numa época em que as grandes elites brasileiras eram detentoras de terras e na formação do estado nacional português, o que significa ter como herança, esse modelo de Estado.

Faoro analisa o estado burocrático brasileiro fazendo toda uma trajetória em sua obra desde a origem do Estado português, com os fatos históricos de mudanças administrativas nos campos culturais, sociais, políticos e econômicos, até a primeira Republica, traçando um Brasil enraizado de costumes e tradições governamentais enquanto colônia, com seus fundamentos políticos que põe as elites como superiores. Ele faz um estudo do processo evolutivo, identificando no sistema colonial português características administrativas onde o poder privado interferia no espaço público, com o patrimonialismo, nesse sentido, se tornando semelhante ao coronelismo, que na sua visão são resquícios de "[...] colonización portuguesa [...] heredado por los brasileros en la construcción de su propio estado, lo que confiere al estado brasilero raíces muy profundas en el estado colonial lusitano" (SAMPAIO, 2015, p. 46).

A política brasileira no século XIX se encontrava dominada nas mãos das elites e Faoro faz um estudo dos indícios do sistema coronelista, um fenômeno que não se limitava a partir da primeira Republica, mas sim quando se iniciou o Brasil no momento Imperial fortalecendo tempos depois, no final desse período, caracterizando um tempo de transição de regimes, do Imperial para Republicano, isto é passando de uma sociedade estamental e agrária para uma urbana/industrial, com um estado fortemente burocrático e uma burguesia em pleno vigor. (SAMPAIO, 2015, p. 48).

> As formas sociais e jurídicas assumem caráter constitutivo na estrutura global, estabilizando as manifestações econômicas, freando o domínio das classes. Essa posição subalterna das classes caracteriza o período colonial, com o prolongamento até os dias recentes, sem que o industrialismo atual rompesse o quadro [...] A chamada classe média recolhe as camadas intermediárias dos grupos de proprietários e especuladores e mais setores de expressão própria: a pequena burguesia antiga e a nova classe média dos empregados com status quase autônomo (white collar). (FAORO, 2001, p. 242,243, 244)

Com as definições de demarcações territoriais o sertão passou a ser centralizado por forças de líderes locais, momento esse em que as classes mais altas se insurgiram em direção ao governo peninsular, consequentemente o poder público começou a perder força e controle sobre os grandes donos de terras que tinham se fundamentado no interior do país. Logo estes se moviam a condições de prestigio social, assumindo cargos administrativos e sendo donos de poder aquisitivo, como no período Imperial em que foi criada a Guarda Nacional e passaram a colocar militares também nos setores de gerenciamento, "o coronel recebe seu nome da Guarda Nacional, cujo chefe, do regimento municipal, investia-se daquele posto, devendo a nomeação recair sobre pessoa socialmente qualificada, em regra detentora de riqueza, à medida que se acentua o teor de classe da sociedade" (FAORO, 2001, p. 736).

Diferentemente do posto por Leal, Faoro não tem o coronelismo apenas na Republica Velha, mas nos inícios dos anos do Império brasileiro, por ser uma estrutura estamental trazendo uma sociedade com raízes herdadas de um Brasil colonial e que, na independência, não se alterou de forma significativa. Para ele o coronelismo foi pautado em um sistema de propriedade de terras, feudalismo. Portanto, pensar em um regime governado por coronéis não se restringe somente a partir da proclamação da República, pois, de contraposto, há indícios, por meio de registros históricos, da presença de líderes locais com títulos de coronéis que disputavam poderes por dominação de região e/ou município, o que deve ser observado ao analisar toda a trajetória governamental e suas características em um país que foi erguido por uma organização política patrimonialista.

"O fenômeno coronelista não é novo. Nova será sua coloração estadualista e sua emancipação no agrarismo republicano, mais liberto das peias e das dependências econômicas do patrimonialismo central do Império" [15]. Assim sendo, entende-se que muitas formas atribuídas à governamentação pode sim, haver relação com esse sistema, desde que haja um "mandonismo" exacerbado e que isso seja o fundamento para o líder reger determinada sociedade, uma vez que o coronel era um líder econômico, mas acima de tudo

[15] Na analise feita por Raimundo Faoro, o sistema coronelista passa a tomar nossas formas, mas apenas de forma camuflada, permanecendo sua essência na independência do Brasil.

era líder por prestigio social e respeito; ele mandava por seu reconhecimento, tornando-se assim símbolo de poder e conquista.

Nas eleições, as medidas iriam sendo tomadas para melhor desempenho de liderança e vitória. Elas representavam a passagem do regime imperial ao republicano, ascendendo a função eleitoral do coronel, mas antes de tudo o mesmo já havia atraído para si certo poder de dominação, respaldado por meio de situações que o colocaram na predominância local.

As disputas firmadas pelos grupos Pedras e Marrões na Vila de Xique Xique no século XIX, configuraram-se num sistema de perpétua luta por mandonismo, acentuando-se nos momentos das eleições, imputando, inclusive, a força física para melhor desempenho da liderança. Pensar nos contornos do conflito em 1878 envolve, além da relação entre o poder público e o privado, uma sociedade fortemente dependente e fragilizada de um sistema rural decadente, fundamentado na pobreza e ignorância de um povo sujeito a dominação e seguindo uma linha de pensamento de deveres e favores, muitas vezes atribuídos as famílias envolvidas.

Os líderes estavam vigorosamente posicionados, famílias que se digladiavam para permanecer no poder e em busca de mais poder. Tornavam-se o governo e a lei na Vila de Xique Xique. Coronéis e poderosos senhores rurais, advindos de certo período colonial, se fizeram em um sistema escravista e firmemente respaldado por uma governamentação que ainda se equivalia a um estado herdado pela colonização portuguesa.

Coronelismo pode ser conhecido como um fenômeno que Leal conceituou, como uma troca de favores entre o público e o privado, tendo como influencia social os chefes que assim se posicionaram nos municípios, nos campos interioranos brasileiros. Esse sistema tinha como pano de fundo a sustentação agrária, de modo que os coronéis eram grandes senhores de terras, o que fortalecia, portanto, essa base de poder. Direcionando o conflito entre os partidos, compreende-se que, para ter chegado a tal fim, possivelmente tinham apoio de autoridades estaduais/federais, até mesmo por ser um fator que predominava a parcialidade, como o exemplo do momento da entrada na Vila, em que houve um aglomerado de homens vindo de outro lugar a favor dos Pedras para apossar-se da Igreja estando " de mãos dadas com o então commandante do destacamento capitão Jose Francisco Santiago"[16].

[16] Relatório do Juiz Municipal 1º Supplente em exercício do termo de Chique-Chique, 8 de outubro de 1878 para o chefe Interino da Província Innocencio d' Almeida. Disponível :HTTP://memoria.bn.br/CocReader/DocReader.aspx?bib=130605&Pasta=ano%20183&Pesq=Morro%20do%20chapeo. Acesso 12/02/2016 as 23: 00.

Contrapondo ao objeto de pesquisa, no que diz respeito ao período de emergência do coronelismo, como explicar a sociedade xiquexiquense em meados do século XIX tendo como arcabouço famílias tradicionais que disputavam poder de liderança em meio a lutas como no episódio no dia 12/13 abril de 1878 por motivos eleitorais?

Raymundo Faoro aponta o coronelismo como um fenômeno de origem no patrimonialismo, na qual as elites brasileiras se alicerçaram a partir disso, da mesma forma como se formou o estado nacional português. Portanto o modelo de estado vem da colonização portuguesa e foi herdado na construção do Brasil. Visto isso, percebe-se que o coronelismo antecede a primeira Republica, surgindo nas primeiras décadas do Império, comprovando a análise feita dos relatórios das autoridades da Vila de Xique Xique, pois os envolvidos na rivalidade entre os grupos foram sujeitos de posições administrativas e de respeito, que tinham os requisitos que favoreciam a obtenção do título de coronel: o poder econômico e o prestígio social, fundamentando a concepção posta por Moises Sampaio onde a institucionalização dos coronéis surgiu desde o surgimento da Guarda Nacional.

Moises Sampaio entende coronelismo como manifestação de poder local, fundamentada em classes dominantes, mantendo relações com poderes públicos, ou seja, estratégias de dominação respaldadas em interesses nas esferas de poderes (público e privado), tendo como força a liderança econômica e os favores prestados para elites e para a massa popular, formando um sistema altamente consolidado como reflexo de um modelo de estado colonial português, o que dá referência para entender o embate dos partidos em Xique Xique e as relações de famílias e envolvidos.

Nesse sentido, coronelismo significou práticas políticas por dominação de poder, advindas desde período colonial se concentrando com a República, por parte das elites brasileiras. Essas práticas foram consentidas por soberania econômica e serviços prestados, tornando os coronéis em símbolo de poder e respeito, vindos do prestígio social que foi sendo construído a partir das estratégias de melhor desempenho de liderança. Eles se apropriavam do carisma mais precisamente nos processos eleitorais, momentos esses de maior importância para dominação seguida por ações violentas ou não. Portanto pensar nessas práticas é entender relações políticas e econômicas em prol de interesses que favoreciam as elites brasileiras, os donos de terras, atribuindo-lhes o mandonismo de acordo com a organização governamental de poder local. Dessa forma o conflito na Vila foi uma luta entre esses líderes que se apropriaram de estratégias em busca de interesses de cada lado; eles possuíam meios de soberania e apoio embasados na ideia de trocas de favores.

3. POLÍTICA E A FORMAÇÃO DE PARTIDOS EM CONTEXTOS DE DISPUTAS ELEITORAIS

Nas primeiras décadas do século XIX, na então Comarca de Xique Xique situada no sertão baiano, formavam-se famílias que buscavam, de antemão, ocupar espaços administrativos e estratégicos para então ter acesso ao poder político na localidade. Uma vez que essas mesmas famílias, ditas “principais”, foram crescendo e com elas agregados se apoiando, mais pessoas se aproximavam e seguiam de acordo aos interesses que convinham a cada um.

Nesse universo interiorano, a cultura política local representava essa construção de disputas por poder a partir da formação de grupos, legalmente ou, como se observa, ilegalmente fundado e idealizado, com base na participação de sujeitos ou ativamente agindo de acordo com os ganhos individuais e do partido. Isso, possivelmente pode-se dizer ao comparar com uma associação, é orientado sempre com o mesmo direcionamento, influência e dominação ao ocupar o poder político e social.

Diante disso, na sociedade xiquexiquense, essas famílias bem-sucedidas procuravam meios de permanecerem liderando posições de respeito e autoritarismo, pois traduziam a composição por domínio buscando fortalecimento na junção de interesses dos indivíduos, mais precisamente naqueles que ocupavam o topo da pirâmide econômica e social, estimulando uma política local severamente disputada e a favor dessas famílias hereditárias nos setores de poderio.

As facções Pedras e Marrões decorreram desses princípios e da inclusão desses indivíduos em uma estrutura política de formação dividida entre eles (partidos), baseada nas estratégias de poder e na força física. Uma estrutura simbólica que era pregada no período, consistindo, dessa forma, em métodos que devem ser analisados a partir das relações familiares e sociais dentro de um contexto político que foi definido e pautado no conflito de 1878, como consta nos documentos históricos regionais da Bahia do século XIX.

Como já dito no capítulo anterior, foram traçados laços matrimoniais que favoreceram o desenvolvimento e fundamentação de organizações de grupos, que mais tarde vieram a ser transformados em partidos políticos. Partidos esses que se sustentaram com o apoio de líderes que tinham uma situação econômica favorável, além de prestigio social e familiar e ocupavam postos na administração e na justiça municipal, além de carregar patentes militares que determinavam suas distinções na sociedade.

Sendo assim, o objetivo deste capítulo é perceber qual o sentido de política que se efetuava na Vila de Xique Xique, para então compreender o conceito de partido e suas construções, de modo que possibilite relacionar as fontes de pesquisa, relatórios de autoridades da época, com as razões que melhor definem o conflito político entre os Marrões e Pedras e os seus desenvolvimentos político e social.

Nessa perspectiva, o conflito, ocorrido na noite do dia doze para o dia treze do mês de abril, carrega significados que precisam ser analisados de forma que leve em consideração não só o obvio, como as causas que fomentaram no ápice das discórdias que vinham acontecendo naquele determinado lugar, mas também quem eram os sujeitos envolvidos e as ações que predominaram na luta armada. Logo se torna visível que essa luta se concentrava na manutenção de uma posição social e não era uma empreita individual, mas sim familiar. Segundo Ferreira:

> E era no seio das famílias proprietárias e também daquelas dedicadas ao comércio, e nele bem sucedidas, que se resguardavam as honras militares mais distintivas, com seus membros varões ocupando os primeiros escalões da Guarda Nacional, além de deterem ano após ano o controle dos postos da administração e da justiça do município". (FERREIRA, 2008, p. 196)

A dominação era real à medida que possibilitava o controle da localidade. "As estratégias de enriquecimento e a busca pelo prestígio e pelo poder estavam ligados a valores e sujeitas a limitações. As famílias mais ricas agiam no sentido da conservação do privilégio material e do status social de uma geração para a outra e, se possível, seu fortalecimento"[17]. "Os dois grupos que se hostilizaram, Pedras e Marrões havia muitos anos que por ódios particulares se augmentaram nas épocas eleitorais" [18]. Período exato que iria promover e manter o poder local nas mãos daqueles que alcançassem sucesso. Tanto um lado como o outro estavam apoiados em sujeitos que tinham títulos respeitáveis na sociedade, e que os passavam de geração para geração, uma vez que os casamentos aconteciam de acordo com os interesses que estavam interligados a esse poderio de comando, quer pela questão aquisitiva que promoveria uma representação social e prestigio ou por estar a mando dos setores dominantes.

---

[17] FERREIRA, Elisangela Oliveira. Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2008.

[18] Relatório do chefe de polícia interino Innocencio de Almeida para o presidente da Província da Bahia. Disponivel:HTTP://memoria.bn.br/CocReader/DocReader.aspx?bib=130605&Pasta=ano%20183&Pesq=Morro%20do%20chapeo. Acesso 12/02/2016 as 23: 00.

Nesse sentido, os relatos do fato ocorrido em 1878, correspondências oficiais de autoridades locais direcionadas ao chefe de polícia interino, Innocencio de Almeida, exceto uma equivalente do próprio chefe ao presidente da Província, apresentam todos como foi acontecendo o conflito, apontando detalhadamente o que de fato houve, enfatizando a invasão dos indivíduos armados que se apossaram da igreja e qual a razão para tal feito, que era a não ocorrência da eleição para senador nos próximos dias. Visto isso, observa-se que estratégias eram formuladas em prol dos objetivos de cada partido, ambos com a mesma intenção: somente um poderia participar e ter êxito nas eleições. Esta ideia era sinal claro de que as ações dos grupos eram em decorrência da competitividade e do poder e que sempre se acentuava com a aproximação das eleições, o que deixava transparente que a política era fundamentada nesses princípios, logo era o fio que a conduzia.

Fato posto, diz-se que a política local esteve fortemente estratificada nesses grupos que tinham interesses políticos eleitorais em comum, de modo que os mesmos eram constituídos para alcançar resultados satisfatórios nas disputas eleitorais para manter o poder institucional na Vila de Xique Xique. Cada grupo ou partido, já que as fontes possibilitam se apropriar do termo, detinha influência sobre a população, principalmente ao se referir aos líderes de cada partido político, visto que pelas ruas cada parte tinha a "consciência" de que lado seguir, ou simplesmente a visibilidade se concentrava no temor que incorporava na sociedade naquele período, devido à violência que era travada entre os partidos.

A formação dos Pedras e Marrões era de famílias e com elas seus agregados, assim como aqueles que, por alguma razão, entravam em discórdia com um e passava a apoiar o outro. Então percebe-se que o direcionamento dependia dos interesses dos sujeitos que eram membros do partido e que, muitas vezes, seguia o que melhor lhe convinha, de modo que dentro do mesmo grupo havia indivíduos que davam sustentação pelo seu poder de status e outros para manter sua posição no poder local já que estavam ligados a um partido.

Essas famílias tinham discórdias com outras e nesse sentido foram se aliando com as que se familiarizavam nessas divergências políticas, como os França Antunes (Marrões) que entrava em luta sangrenta com os Guerreiro e esses por sua vez tiveram apoio dos Castelo Branco /Rocha Medrado e Machado (Pedras). No entanto essas rivalidades, no início do século, ainda não tinham sido oficializadas em partidos. Mas o que interessa e deve-se observar é que o surgimento da formação dos partidos enquanto políticos vieram desses conjuntos familiares e suas ligações com outras famílias, muitas vezes através de laços matrimonias, e aliados que tinham enorme influência regional e local, a ponto de ter a seu

favor uma aglomeração de homens ditos “desordeiros” vindos do Santo Inácio, que promoveu a ação do conflito ocorrido em 1878.

Sampaio identifica esse momento, de formação de partidos políticos nos sertões baianos, como aquele em que há relação com códigos extralegales, referindo-se a estudiosos da mesma área que denominaram o código do sertão, situando não só o interior da Bahia, mas toda a sociedade interiorana do Brasil, sendo uma sociedade violenta, que de certa maneira predominava a ausência do estado, direcionando assim poderes a chefes locais e afirmando uma cultura de um código não escrito de leis em que os indivíduos tinham sua própria forma de resolver as contradições que fossem surgindo. (SAMPAIO, 2015, p. 160).

A invasão da Igreja dentro da Vila foi armada com cerca de cinquenta a cem homens, todos portando armas de fogo em favor dos Pedras e, no mesmo instante, os Marrões se posicionaram. Então travaram uma luta que perdurou nove dias. As autoridades responsáveis pela segurança e por manter a ordem e a paz se encontravam desfavoráveis, devido o comandante do destacamento ter abandonado e seguido o partido do Pedras, apresentando apoio ao acompanhar todos os sujeitos, inclusive o chefe na saída, após os nove dias, para a fazenda do mesmo, lugar de concentração e afirmação dos Pedras.

Diante da abordagem, percebe-se que o código de leis não escrito é veramente aplicado nesse sistema governamental, onde os problemas que se ampliavam estavam sendo resolvidos pelos próprios sujeitos e boa parte da população, em meio a isso, se retirara em temor por suas vidas. A visibilidade é ainda mais gritante ao assinalar a importância de relativizar os fatos em razão dos interesses daqueles que produziram a documentação analisada, pois tomam partidos para si, onde se apoiam e tornam-se membros do corpo partidário, como o Juiz Municipal 1º Suplente em exercício que esclarece o ocorrido na Vila para o chefe de Polícia Interino, sendo possivelmente a favor dos Marrões ao sempre utilizar termos “povo deshumano” (pedras) e “agredidos” para os marrões.

Ao se referir a partido político nesse contexto, pensa-se que o uso da força física se configura como uma das características principais no sistema que envolve a governabilidade da Vila, o que está exposto na visão de Max Weber:

> Consequentemente, para nós, *política* constitui o conjunto de esforços tendentes a participar da divisão do poder, influenciando sua divisão, seja entre Estados, seja entre grupos num Estado. E [...] qualquer estado baseia-se na força. (WEBER, 2003, p. 8-9)

Quando as discussões verberam conceito de política tende-se a distinguir o presente e passado, como Weber se propôs a fazer, na qual no contemporâneo ele diz que há uma proximidade na relação entre força/violência e estado, e já ao se observar o passado essa conexão se encontra distinta, no caso entrando em questão famílias que utilizavam força física e simbólica como algo natural, papel que no presente passa ao estado.

A política declarada pelo autor é aquela em que a influência está sob a direção de uma associação política, o estado, pois o sentido de política é bastante amplo se pensar nele enquanto um todo, compreendendo diversos seguimentos que regem uma sociedade, como política educacional, política de lar familiar, etc., mas a que interessa neste momento está intrínseco ao Estado que, por conseguinte, se associa a homens que dominam outros por meio de violência. Violência essa que se torna legitima e para que isso seja efetivado os subjugados tendem a obedecer aos dirigentes dos poderes dominantes.

Em meados do século XIX, nos espaços interioranos, não havia o estado como única suposta autoridade dos poderes. A política se configurava em um sistema complexo na qual o "estado"[19], de forma indireta, passava o poder para as mãos daqueles que tinham um elevado prestigio social representativo. Essa era uma forma de controle e dominação local e regional, destacada pelas próprias patentes e cargos que essas pessoas exerciam, tendo como alicerce para tal regimento a linhagem familiar desses sujeitos.

O líder dos Pedras, o Bacharel José Alfredo Machado, detinha dominação sobre tudo. Não só os pertencentes ao seu partido político, mas, possivelmente, ultrapassava os espaços da Vila, enquanto geográficos, indo em direção ao sentido social e imaginário representativo fugindo assim dos limites presos ao aspecto físico. Os homens que o acompanhavam ditos "desordeiros da ordem" ou pode-se chamar de capangas ou cabras, vieram do Santo Inácio, lugar que predominava como fonte econômica o ouro.

Torna-se possível identificar que sua riqueza pode não estar somente em propriedade e gado, mas também relacionada a pedras valiosas, principalmente porque um dos relatórios deixa claro que "[...] o dia 13 passarão os desordeiros com a policia em desafio e em suas bélicas fortificações, impondo aos aggredidos para despejarem a Villa, deixando-lhes intactas suas fortunas, pois era este o plano ajustado de entregarem o campo ao seu chefe, o Bacharel José Alfredo Machado, contando que este franqueasse-lhes o saque em compensação"[20]. Obviamente ele possuía um poder aquisitivo elevado e dominação

[19] Fazendo referencia a maiores autoridades da Província da Bahia oitocentista.

[20] Narrativa do conflito entre os Pedras e Marrões, constando o objetivo que fez com que cinquenta a cem homens descessem do Santo Inácio para dar ação a luta que foi travada em favor ao líder dos Pedras. Mais

patrimonial, pois seus espaços de ocupações sociais e políticas eram vigorados, tendo destaque pela sua fazenda Carnaíba, muito bem frisada nas documentações, sendo ponto de referência de bens de grande valor material na região, afinal ela foi o maior bem de herança da família Castelo Branco, propriedade de direito de sua esposa.

Os meios de dominação permeavam pelos setores daqueles que mais eram favorecidos. Não obstante o chefe dos Marrões também possuía grande poder aquisitivo e mais ainda poder de representação na sociedade pelo prestigio que o caracterizava, mas em nenhum momento as fontes possibilitaram a identificação de alguma relação deste com minas de ouro e prata. Ambos se fizeram presente na produção e criação de gado, além de propriedades de terras, de modo que era perceptível identificar ações que eles praticavam como estratégias para inquietar o adversário, como furtar dos rebanhos que transitavam com destino a lugares próximos e/ou distantes, tomar posse, em momentos de hostilidades, até mesmo das pessoas comuns e fora dos confrontos, apenas para bloquear a passagem que dava para outras regiões.

É especificamente notória a evidência de que lutavam para obter o poder de dominação e que caminhavam em linhas tênues, pois os lados não cediam ao embate, mesmo tendo cessado de alguma maneira após deixarem a Vila e voltarem para a fazenda. Ao seu redor o temor se posicionava, pois o fator principal, a eleição, que foi a razão para ter ocorrido o conflito, acontecia periodicamente e com ela mais disputas partidárias violentas.

Diante do contexto, os dois partidos políticos buscavam dominância, ter o prazer de possuírem para si o poder de "desfrutar da sensação de status que o proporcionava" (WEBER, 2003, p. 10), ou seja, ter os que atuavam na política o poder pelo poder, que segundo o autor o motivo pode ser esse tanto no campo abstrato ou individual. Mas o que se pode associar, tanto nos atos dos Pedras e Marrões, é não ter finalidades apenas financeiras, até porque ambos os lados possuíam líderes que tinham um poder aquisitivo bastante considerado, já que pertenciam a famílias tradicionais. Além disso, havia a posição que ocupavam como chefes dos partidos. Portanto eles apresentavam riqueza explicita.

A frente disso é importante ressaltar que ter uma condição aquisitiva favorável se faz necessária para atuação no campo político, mas não se torna o único aspecto para se ter poder de liderança local. Weber aponta concepções sobre política, formas de legitimação de poder de dominação, na qual indica a primeira tida como tradicional, a aquela em que é

---

informações: relatório do Juizo Municipal 1º Supllente em exercício do Termo de Chique-Chique, 8 de outubro de 1878 para o chefe Interino da Província. Disponível :HTTP://memoria.bn.br/CocReader/DocReader.aspx?bib=130605&Pasta=ano%20183&Pesq=Morro%20do%20chapeo. Acesso 12/02/2016 as 23: 00.

exercido pelo patriarca, fundamentado nos costumes consagrados e que perpassa de geração para geração, a segunda está nos poderes de um indivíduo estabelecido pelo carisma, na devoção vinda do caráter individual, a terceira é a dominação por meio da legalidade, regida pelo Estado e por todos outros detentores de poder semelhantes. (WEBER, 2003, p. 11).

Partido político tem a sua frente um líder. Este e seus membros, além de terem poder aquisitivo, possuem uma imagem representativa na respectiva sociedade em que predominam e se afirmam como pertencentes, de modo que a mesma se submete a esse carisma pessoal e no campo eleitoral conduz homens ao poder, por simpatia ou pelo temor, seguindo e tendo na figura do dirigente complexos sentidos que configuram um partido, pois "os meios que dispõem os políticos são o fator decisivo" (WEBER, 2003, p. 13), como se torna comum apresentar obediência em função do prestigio social, por recompensas materiais e principalmente trocas de favores entre as esferas de poderes, público e privado.

Pode-se também associar aqui um fator fundamental, que se justifica na argumentação de Weber: o poder é exercido pelo patriarca, tradicionalmente de ordem hereditária. E assim as famílias que disputavam poder na Vila de Xique Xique, Franca/Antunes X Castelo Branco/Medrado (laços matrimoniais), predominavam por anos e anos dominando e dirigindo o local de acordo com as circunstancias que favoreciam a cada uma, a cada partido, pois não é difícil se pensar na possibilidade de não estarem dispostas a perder suas posições autoritárias e de liderança, sendo provavelmente legalizadas pelo Estado essas dominações, justificadas pela relação de transferências de favores prestados nos espaços eleitorais entre as instâncias de poderes.

A formação dos partidos Pedras e Marrões estava respaldada de certa maneira nessas concepções, uma vez que também partiu de uniões matrimoniais que tinham como objetivo o enriquecimento e a manutenção da riqueza, do poder, do prestígio social e da representação nos cargos administrativos de destaque na Vila e região, ou seja, cada sujeito ao fazer parte do corpo do partido tinha seus próprios interesses, seja somente por ter discórdia com o adversário, o que é possivelmente pouco provável, ou some-se a isso ir ao encontro de poder ou manutenção deste. Este último considerado o fato mais cabível, pois as fontes possibilitaram essa compreensão como sendo os reais motivos dos homens que invadiram a Vila e conseguiram apossar-se dela e da Igreja. Estes indivíduos estavam ali por trocas de favores, recompensas materiais e apoio dos detentores de poderes locais.

Entendendo os significados da origem e da representação da figura dos sujeitos que lideravam os partidos é evidente que se compreende a organização e a ação dos partidos políticos. As razões para entrarem em combate os Pedras e Marrões estavam sempre na

tomada dos cargos políticos, ou seja, com a aproximação de eleições ambos os lados sustentavam medidas para que o opositor não comparecesse, como foi constatado no conflito do dia 12/13 de abril de 1878, onde os Marrões já tinham a posse da Vila há um determinado tempo impedindo os outros (Pedras) de participarem. Então estes, por vias agressivas, decidiram, faltando oito dias para eleição de senador, invadir a Vila tomando o lugar onde acontecia a votação, a igreja.

Identifica-se que as ações dos partidos estavam baseadas em lutas armadas e tomavam caminhos permeáveis, de acordo com as atitudes de um com o outro frente ao contexto na qual se posicionavam, assegurando em primeiro lugar a quem melhor levasse vantagem por domínio local, logo o embate estava constantemente presente na Vila.

A organização desses partidos direcionava na mesma linha de raciocínio, conforme os contornos lhes possibilitassem se posicionar, dependendo mais da ocasião o que estava vigorando na Vila de Xique Xique, uma vez que suas construções surgiram de interesses que estiveram pautados na busca por dominar o poder, e o período que convém a manutenção e acesso a este é o das eleições, logo se entende o porquê das hostilidades na aproximação da época eleitoral.

Weber esclarece a criação do partido político:

> [...] os que exercem o poder são eleitos com periodicidade, a empresa política assume a forma de uma organização de interesses. Isso significa que um número relativamente pequeno de homens interessados pela vida política, isto é, para participar do poder, escolhe adeptos, apresenta-se ou apresenta seus protegidos como candidatos a cargos eletivos, reúne os recursos financeiros exigidos e põe-se à rua à procura de votos. (WEBER, 2003, p. 26)

Nessa perspectiva, esse jogo de interesses é atribuído aos partidos Pedras e Marrões, pois cada grupo tinha seus candidatos e relacionado a estes estavam os interesses daqueles que os apoiavam, visto que na sociedade da época os cargos administrativos municipais e judiciais eram os mais respeitados e de maior prestigio social, logo se entende a disputa violenta que era travada em busca de uma posição consideravelmente altiva, como por exemplo ter alguma patente na Guarda Nacional. “Uma relação que se evidencia quando se compara a patente dos chefes e Guarda com a posição política dos mesmos na estrutura dos partidos”. (SAMPAIO, 2015, p. 156).

Ao se referir ao período eleitoral, na qual os confrontos se aguçavam e a conquista por dominação de poder tomavam os sentidos das ações de cada partido, é necessário compreender nesse momento o domínio das regras da dinâmica eleitoral e então controlar os

caminhos dos votos e esse entendimento quem melhor deve-se ater é o candidato e/ou chefe do partido, para mostrar a própria capacidade de se mostrar ou de se sobressair, já que, para estar inserido nesse meio, ele deve possuir domínio sobre todos esses requisitos que configuram o campo político brasileiro.

A violência, sem dúvida, foi uma característica que se fez presente nas trajetórias dos partidos políticos na Vila, tendo talvez como única maneira de impor superioridade, uma vez que do contrário, ao fazer a análise documental, percebe-se que os resultados não foram satisfatórios, ou seja, alguma das partes perder, como foi ocorrido no conflito flagrado, "[...] procurei harmonisar os chefes das parcialidades, e conseguimos chegarem a um accôrdo na eleição de eleitores especiaes, a que tinha de proceder-se; porém não sendo este cumprido por parte do chefe da parcialidade Marrão, o que foi sabido somente quando a outra parcialidade não poderia mais tomar pleito; despeitada esta, renovou o ataque à propriedade adversa, e toda quadrilha de Santo Ignacio [...], desenvolverão o furto de animaes, atacando diversos pontos, [...][21].

Dessa maneira a luta se travava objetivando quem melhor alcançasse êxito. A política da Vila de Xique Xique nas últimas décadas do século XIX esteve configurada em modelos definidos de esforços que visassem interesses, seja na distribuição ou na transferência de poder, levando em consideração, nas formações de partidos, os laços matrimonias que eram carregados de sentidos. A manutenção do poder também era um objetivo, como o Bacharel José Alfredo Machado líder dos Pedras que no contexto da época era Juiz da Comarca e assim se fazia tantos outros.

"A finalidade da luta entre os partidos é a consecução de fins objetivamente definidos, mas, acima de tudo, é também a luta pelo poder de nomeação de cargos públicos" (WEBER, 2003, p. 27), portanto, assegurando esse domínio consequentemente espaços estariam abertos o que promoveria uma escala maior de poder, posição essa que se reflete em prestigio social e em status na sociedade, representando assim símbolo de dominação na Vila e região.

Logo, entender a política oitocentista do sertão baiano, mais especificamente na Vila de Xique Xique, se torna um complexo emaranhado de valores e sentidos que perpassam desde o indivíduo centralizado de poderes consecutivos e reconhecidos, à aqueles que buscavam os mesmos posicionamentos que muitos já possuíam, ou seja, o poder

[21] Delegacia de Polícia do termo de Chique-Chique, 6 de outubro de 1878 para Chefe de Polícia Interino Innocencio d' Almeida. Disponível: :HTTP://memoria.bn.br/CocReader/DocReader.aspx?bib=130605&Pasta=ano%20183&Pesq=Morro%20do%20chapeo. Acesso 12/02/2016 as 23: 00.

constitucional se tornava objetivo de todos e de seus grupos/partidos. As lutas significavam o reflexo dessa política, onde as ações que iriam sendo erguidas decorriam das estratégias de dominação e da criticidade competitiva, acentuando suas disputas nos momentos de definição de soberania, nas eleições, que, periodicamente, constituía um campo de hostilidade e temor na sociedade.

A formação dos partidos Pedras e Marrões se processou pela junção de famílias que se aliaram por meio matrimonial e com aqueles que detinham influência local e regional, compondo um quadro de famílias proprietárias e dominantes em termos patrimoniais, além dos agregados. Todos procuravam permanecer nos setores de poderio e/ou na busca deste, pois essas mesmas famílias resguardavam posicionamentos respeitáveis, como cargos militares e patentes da administração e da justiça local, destacando-se sobre os demais ou destituindo-as, perpetuando suas gerações. É dessa forma que se justificam as disputas para a consolidação e manutenção do poder, baseadas na ideia de controle e prestígio social.

Contudo, é evidente que a liderança de cada partido era feita por sujeitos que correspondiam às necessidades que favoreciam suas colocações. Prestígio, social e familiar designava respeito e reconhecimento, assim como o poder aquisitivo que os chefes locais detinham, satisfazendo então seus postos de dominação. Pensar nessas questões que configuravam o conflito de 1878 remete pensar em partidos políticos que foram sendo construídos a partir de interesses e contextos que estavam imbricados nos desafios e riscos de hegemonia do poder ou perda deste, compactuando com a noção que se pregava, durante suas disputas, uma violência legitimada e confirmada nos autos dos registros da época.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um lugar denominado, no imaginário popular, como sereno e tranquilo por fazer referência ao espaço interiorano se contradiz ao pensar em uma época de construção social e política, emergindo poderes que não se configuravam no plano único e singular, mas sim em um plano complexo, estando direcionado ao potencial de sujeitos que gerenciavam e respondiam as necessidades de um povo pobre e desprovido de conhecimento intelectual, através de seus anseios pessoais de poder local.

O cenário que foi a Vila de Xique Xique no século XIX estava comprometido por disputas e lutas armadas entre facções políticas que, possivelmente, haviam se instalado por discórdias criadas em décadas anteriores ao ocorrido em 1878, num período de formação da estrutura organizacional dos partidos Pedras e Marrões. O sentido para a rivalidade entre ambos partia das relações familiares e dos interesses que compreendiam os mesmos, ou seja, dominação local. Então a sociedade estava a mercê do poder privado e não do público.

Os líderes de cada grupo, Bacharel José Alfredo Machado e Manoel Martiniano de França Antunes, tinham requisitos propícios para desempenhar liderança política, uma vez que o próprio sistema governamental conduzia à dominação por poder aquisitivo e prestígio social e cada um vinha de uma linhagem familiar tradicionalmente respeitada. O motivo que prevalecia para os entraves dos partidos estava nas disputas eleitorais, uma vez que posições de poderes se concentravam para os Pedras há certo tempo, estando de posse das maiores colocações administrativas e jurídicas da Vila de Xique Xique, como foi um dos exemplos o Coronel e vereador Ernesto Augusto de Rocha Medrado, pai da esposa do chefe dos Pedras, além do mesmo ter sido Juiz de Direito de uma Comarca em outra província, levando o grupo adversário a rebelar-se.

Nessa perspectiva, pensar no conflito em 1878 remete a um conjunto de valores e sentidos que não são simplesmente exteriores a construção da política brasileira como um todo. O olhar micro não quer dizer que não enfoque o macro, no que diz respeito ao campo científico historiográfico, disputas eleitorais fizeram e fazem parte do processo eleitoral. Visto isso, no século XIX suas formas eram abertamente hostis por se localizar em um espaço onde o poder público não se fazia efetivamente constante. Trata-se de estudos que favorecem maior conhecimento e aprendizagem atribuindo conceitos que até então eram desconhecidos no processo histórico. História local e regional fazem referência a um espaço que muitas vezes se torna amplo ao analisar as relações sociais, com a política e a economia, além da cultura local, logo somente agregar ao geográfico se torna inviável, pois o princípio

de fronteiras não determina limites quando se observa o campo de atuação dos partidos da Vila de Xique Xique, familiarizando assim com a titulação dada por Sandra R. Fernandez ao determinar essa noção a um olhar reducionista em seu trabalho *El revés de la trama: contexto e problemas de la historia regional y local.*

A luta entre os Pedras e Marrões transformou-se em partidos que foram sendo gradativamente construídos no desenrolar das estratégias de dominação. Famílias e seus agregados foram tomando proporções significativas no desempenho político e nas lutas que foram sendo travadas, ao passo que relações sociáveis e "amigáveis" [22] favoreciam o sistema que estava sendo posto no período em que se pregava o mandonismo. O controle dos seguimentos de hegemonia estava ligado a valores onde predominavam status social e a conservação deste, fortalecendo o empoderamento das posições dos grupos. A partir disso entende-se que a construção dos Pedras e Marrões levava a direcionamentos em prol dos interesses dos sujeitos que se firmavam fazendo parte do grupo, agindo de acordo com melhores benefícios adquiridos ao apoiar e atuar no partido, seja por meio de laços matrimoniais e/ou pela relação de troca de favores.

Os partidos políticos se configuravam pelo exercício da força bruta quando fosse necessário. Sua política não correspondia a um Estado como força maior, mesmo esse pregando uma violência legitima como foi proposto pelo intelectual e economista Max Weber em sua obra "A política como vocação", mas além disso havia uma ampla gama de divisões de poderes, onde o Estado em meados do século XIX não se tornava o único potencial autoritário, pois o sistema político dava poderes a sujeitos capazes de liderar nos espaços interioranos brasileiros, fundamentando a concepção de controle e dominação local e regional, uma vez que era de interesse do Estado interligar o poder público ao privado.

Nesse ponto de vista a legitimação do poder se caracterizava por uma dinâmica que perpassava aspectos que eram vigentes na sociedade xiquexiquense. Os líderes partidários possivelmente possuíam o carisma que lhes eram sagrados para corresponderem as suas estratégias de dominação, assim como também se pode entender ao que era tradicional para as famílias permanecerem, como de costume, no poder, tendo sempre um patriarca liderando de alguma forma a Vila. Com a junção das duas ideias alcançasse a dominação legalizada, sendo a mais alta forma inquestionável de soberania. Logo a política foi campo de disputas e

[22]Ao se referir as relações de trocas de favores como forma estratégica de dominação política e social, composta por a influência que compreendia todo quadro eleitoral, assim como nas compras de votos. Mais informações: **FAORO**, Raymundo. (2001). Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro (03 ed.). São Paulo, São Paulo, Brasil: Globo.

conflitos regados de violência física e seu reconhecimento quanto ao enfrentamento em 1878.

A análise do coronelismo utilizando as fontes (correspondências de autoridades administravas e jurídicas) e tendo como requisito primordial as relações sociais - políticas e a formação dos partidos Pedras e Marrões, possibilita-se demonstrar que nas estratégias de dominação se concentravam poderes e, neles, se perpetuavam a prática administrativa e eleitoral na Vila, definindo um coronelismo enquanto sistema para cultura política do Brasil. Logo fica perceptível, segundo a historiografia brasileira, uma governabilidade regida por chefes locais que detinham o poder econômico, social e político antes mesmo da primeira República. Diante disso, entender o conflito de 1878 e sua configuração se fundamenta nesse sistema, de modo que reduzindo a escala de observação compreende os que dominam e esses por sua vez conhecem a conjuntura local e regional atribuindo poderes e a disputa por este.

A interpretação do coronelismo como fenômeno assinalado, mais precisamente, do período inicial da Republica no Brasil, foi considerado a partir da concepção de sertão/litoral, onde o primeiro era entendido de forma errônea como incivilizado, mas que de fato apoiado nas relações de dominação por meio da força abastecida por aqueles que a regiam sendo os grandes proprietários de terras e “esa manera sumisos al poder del coronel que de perpetuaba por las generaciones siguientes con la tradición de manutención del poder dentro de las familias dominadoras creando una forma familiocrática de manutención y trasmisión de poder” (SAMPAIO, 2015, p. 266). Os chefes locais da Vila de Xique Xique dispunham dos requisitos primordiais para predominância na disputa por poder, atribuindo potencial econômico e reconhecimento social, advindos da manutenção de posições estrategistas familiares, como cargos de patentes na Guarda Nacional, podendo facilmente atribuir-lhes poderes como forma familiocrática e assumindo papéis de coronéis na Bahia em meados do século XIX.

A troca de proveitos se regia de maneira sustentável nas relações de poder, pois ao se pensar em um comando local, fazia-se juízo na invisibilidade do poder maior, naquele que é público, do Estado e da Nação. Para isso ambos disponibilizavam espaços de apoios e aprovações, uma vez que, para atuar o conflito em 1878, era preciso ter assistência nas potências públicas da província da Bahia e a troca estava na garantia do corpo eleitoreiro a favor daqueles que disputavam as eleições, ou seja, a permutação de favores entre as esferas de poderio predominava em decorrência dos interesses dos sujeitos envolvidos, agindo sobre determinada circunstância que iria sendo apresentada, porém sempre dentro do processo

eleitoral, compactuando com a ideia de um coronelismo representativo que se moldava de acordo com conveniências para obtenção de vantagens, significando, portanto o poder privado interferindo no público.

Nesse sentido, as disputas firmadas na Vila de Xique Xique no século XIX significaram luta por mandonismo, em um sistema pautado de práticas políticas por dominação de poder das elites xiquexiquenses, e não só estava sendo representada a partir da República, mas no momento que se iniciou o Brasil Império, como modelo de Estado herdado pelos portugueses, como já foi posto por Raimundo Faoro. Vindo desde o período colonial e apenas se concentrando com a República, fazendo da imagem do coronel símbolo de poder e respeito perante a sociedade, seja por vias temerosas e/ou empatia regado de interesses próprios. Pensar nessa organização governamental é ter em mente relações políticas e econômicas em decorrência do que melhor convém para cada partido, frente a uma sociedade dependente, amedrontada e ignorante, em um sistema rural e penosamente decadente e pobre.

Portanto, o conflito de 1878, entre os grupos Pedras e Marrões, teve total importância na compreensão política e social da Vila nos anos oitocentistas, traçando uma trajetória do desenrolar das disputas dos partidos por domínio de poder local, respaldada em um processo eleitoral de convencimento e intimidação para conquista de votos para si e para os que compartilhavam do mesmo seguimento estratégico, vendendo e comprando apoio e votos através da influência econômica, social e das trocas de favores entre as esferas de poder, confundindo poder privado com o público.

Dessa forma a análise, partindo do ápice da rivalidade, relacionado ao conceito de coronelismo e utilizando a história regional, para dar fundamento no que diz respeito ao espaço e tempo sobre uma ótica reducionista historiográfica, se traduz em comportamentos políticos e sociais em uma Vila predominantemente estratificada, dependente e regida por chefes locais muito bem posicionados em um sistema meramente cultural que teve origens num longo processo administrativo e colonial, que provocou formação de partidos em um contexto de concentração de poderes nas relações familiares, ou seja, de um estado familiocrático, sustentado em favorecimentos e trocas de favores entre as instâncias de poderes (público e privado) de acordo com as estratégias de dominação, consequentemente representando um coronelismo em um período anterior a República, construído em uma metodologia eleitoral com base em conflitos violentos entre famílias e seus agregados em prol de maior predominância local.

Assim se encerra esse trabalho em uma temática como demonstração do avanço nos estudos regionais no Brasil, por um caminho que possivelmente era desconhecido: o conflito que aconteceu na Vila de Xique Xique em 1878 no século XIX. Uma luta por dominação de poder político e social no sertão da Bahia.

REFERÊNCIAS

AMADO, Janaína. **Região, Sertão, Nação**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol. 8, n. 15, 1995 a, p. 145·151.

AMADO, Janaína. História e Região: reconhecendo e construindo espaços. IN: **República em Migalhas: História Regional e Local**. Editora Marco Zero; SP; 1990 b; p 07-15.

IVO, Iasnara Pereira. **O Anjo da Morte contra o Santo Lenho: poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia.** Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2004. 275p

FAORO, Raymundo. (2001). **Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro** (03 ed.). São Paulo, São Paulo, Brasil: Globo.

FERNÁNDEZ, Sandra R. El revés de la trama: contexto e problemas de la historia regional y local. In: ***Las escalas de la Historia Comparada***, Tomo 2 empresas y empresarios. La cuestón regional, coordinado por Susana Bandieri, Graciela Blanco e Mónica Blanco y editado en el año 2008 por Miño e Dávila.

FERREIRA, Elisangela Oliveira. **Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX**. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2008.

HERNÁNDEZ, Fabio Santos. ***Elecciones y partidos políticos. Una aproximación al balance historiográfico desde el contexto latinoamericano***. Artigo aprensentado pela Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia em 2012.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: O municio e o regimo representaivo no Brasil** (7 ed.). 2012. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras.

MARTINS, Taiana Santos. **Da enxada ao clavante: experiências, liberdade e relações familiares de escravizados no sertão baiano, Xique-Xique (1850-1888).** Dissertação (Mestre em História) - Programa de Pós Graduação em História Regional e Local, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus V.

SAMPAIO, Moisés de Oliveira. ***El Coronelismo. El Coronel Negro. Poder-problemas raciales y política en Sertao Bahiano***. Tese doutorado; Universidade Nacional de Rosário; Rosário, Argentina, 2015; Cap. I e Cap. II. P. 283.

PANG, Eul Soo. **Coronelismo e Oligarquias (1889-1943)**. Ed. Civilização Brasileira S. A. Rio de Janeiro. 1979.

WEBER, Max. **A política como vocação; tradução de Maurício Tragtenber** – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003. 110 p.

YOUNG**,** Eric Van**. Haciendo Historia Regional: Consideraciones metodologicas y teóricas**. University of California, San Diego; p 255 a 281.

Relatórios em que o Exm. Sr. Conselheiro Barão Homem de Mello passou no dia 25 de novembro de 1878 a administração da província ao 2º Vice Presidente. Bahia: Yipografia do Diário da Bahia, 1878. Disponível em: HTTP://memoria.bn.br/CocReader/DocReader.aspx?bib=130605&Pasta=ano%20183&Pesq=Morro%20do%20chapeo. Consultado 12/02/2016 as 23:00.

Relatórios do Capitão Manoel Martiniano França Antunes ao Ilm. Rvn Sr. Vigário João José de Almeida e a resposta deste no dia 20 de maio de 1878. Disponível em: HTTP://memoria.bn.br/CocReader/DocReader.aspx?bib=130605&Pasta=ano%20183&Pesq=Morro%20do%20chapeo. Consultado 12/02/2016 as 23:00.

Relatório do vigário João José de Almeida ao Ilm. Sr. Dr. Innocencio de Almeida, Chefe de Policia Interino no dia 08 de outubro de 1878. Disponível em: HTTP://memoria.bn.br/CocReader/DocReader.aspx?bib=130605&Pasta=ano%20183&Pesq=Morro%20do%20chapeo. Consultado 12/02/2016 as 23:00.

Relatório do Juiz de Direito da Comarca de Xique Xique Domingos Rodrigues Guimarães ao Ilm. Sr. Dr. Chefe de Policia Interino no dia 07 de outubro de 1878. Disponível em: HTTP://memoria.bn.br/CocReader/DocReader.aspx?bib=130605&Pasta=ano%20183&Pesq=Morro%20do%20chapeo. Consultado 12/02/2016 as 23:00.